

OS NOSSOS MUNDOS EM 2020-2030

MARCOS OLÍMPIO GOMES DOS SANTOS¹

3

UNIÃO EUROPEIA

Évora

25/04/2011

¹ Sociólogo. Investigador externo do Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia “Augusto da Silva” da Universidade de Évora

1 QUESTÕES INTRODUTÓRIAS, METODOLÓGICAS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2 PANORAMA GLOBAL

3 *UNIÃO EUROPEIA*

4 PORTUGAL

5 ALENTEJO

6 ÉVORA

7 LÉXICO

8 ANEXOS

SIGLAS

CdP - Célula de Prospectiva (da Comissão Europeia)

CGEE - Centro De Gestão e Estudos Estratégicos

CISA-AS – Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia “Augusto da Silva” (Universidade de Évora)

DPP - Departamento de Prospectiva e Planeamento

DPPRI - Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais

ESPON - European Spatial Planning Observation Network

EUA – Estados Unidos da América

GEPE - Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia

IDT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

IP – Itinerário Principal

IPCC - Painel intergovernamental para as Alterações Climáticas

LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia

MAOTDR - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

MISP - Mitigation Strategies In Portugal

PEST – Acrónimo das seguintes dimensões: Político-Legal, Económico, Socicultural e Tecnológico

PIN – Projectos de Interesse Nacional

REI - Rede Europeia de Ideias

SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural

SRES - Special Report on Emissions Scenarios

TGV – Transporte de Grande Velocidade

UE – União Europeia

RESUMO

O texto que se segue é parte do estudo sobre os nossos mundos entre 2020 e 2030, e incide sobre a União Europeia.

Apresenta-se os resultados de uma pesquisa bibliográfica (sobre cenários, desafios e tendências identificados para a UE) e, os resultados decorrentes da aplicação a 23 respondentes de um inquérito sobre as suas perspectivas para 2020-2030 em relação ao que poderá melhorar ou piorar no âmbito geográfico aqui considerados: a União Europeia.

Palavras-chave: Prospectiva; Cenários; União Europeia.

ÍNDICE

Introdução e Metodologia.....	05
1. Revisão bibliográfica da informação disponível.....	06
2. Resultados obtidos no estudo exploratório.....	13
3. A situação actual e antecedentes.....	17
Discussão, Conclusões e Considerações finais.....	33
Bibliografia.....	34
Anexos.....	37
Anexo I – Especificação dos cinco cenários traçados em 1999 para 2010.....	38
Anexo II – Anexo II – O Manifesto dos Economistas Consternados.	45

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

INTRODUÇÃO

A realização deste trabalho tem como finalidade despertar o interesse por parte aqueles(as) que não têm tido contacto com a abordagem prospectiva, visando assim lançar bases que permitam ganhar espaço para captar um público motivado para proporcionar o avanço dos contributos neste âmbito.

Para este efeito o autor realizou uma pesquisa bibliográfica que permitiu recolher informação sobre os desafios e os futuros prováveis com que a UE se poderá deparar em 2020-2030 e, inquiriu 23 respondentes que responderam a quatro questões abertas, tendo-se pedido que cada inquirido respondesse somente aquelas sobre as quais se sentia à vontade para emitir a sua opinião.

A questão que foi colocada Como será provavelmente a União Europeia entre 2020 e 2030?

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para elaboração deste trabalho consistiu numa primeira fase na recolha e análise da informação disponível agrupada por temais tais como estudos sobre o futuro provável da União Europeia e estudos sobre os traços mais relevantes que caracterizam a situação actual deste bloco, tendo-se privilegiado a análise de estudos mais recentes elaborados depois de ter estalado a actual crise socioeconómica.

Seguidamente foi elaborado e aplicado um questionário a uma amostra de conveniência que incluiu 23 respondentes. Esses respondentes foram seleccionados de acordo com uma listagem elaborada pelo autor e depois contactados por e-mail ou pessoalmente. As respostas foram agrupadas em categorias estabelecidas de acordo com dimensões utilizadas na análise PEST.

REVISÃO ESPECÍFICA DA INFORMAÇÃO DISPONÍVEL SOBRE O FUTURO DO UNIÃO EUROPEIA

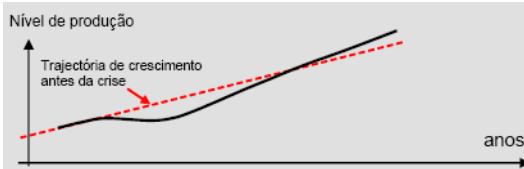
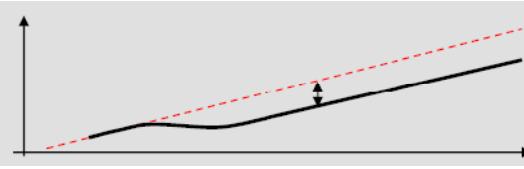
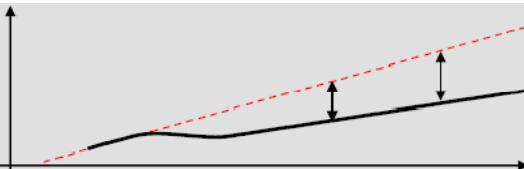
Nota preambular

Sobre os cenários para a União Europeia foram compiladas as publicações seguidamente indicadas antecedidas da identificação dos respectivos autores ou promotores.

V. Correia (s/d) que retoma o estudo da Célula de Prospectiva (CdP) da Comissão Europeia, publicado em 1999, e intitulado "Scenarios Europe 2010: Five Possible Futures for Europe". F. Azevedo (2008) que se debruça sobre os cenários traçados pelo ESPON para 2030. R. Aguiar (2010) que apresenta situações prováveis para a população, a urbanização, a energia e economia. A. Leal (2003) cuja atenção que recai sobre dois cenários extremos que podem caracterizar o lugar da Europa no comércio mundial no século XXI, e sobre cinco cenários menos pronunciados que se situam entre aqueles dois. Grupo de Reflexão sobre o Futuro da UE 2030 (2010), que apresentou o relatório sobre os desafios com que a UE se deverá ver confrontada em 2030 e a forma como se poderá fazer-lhes frente.

Cenários recenseados para 2020-2030

São três os cenários que se podem deparar à União Europeia no horizonte de 2020 conforme se transcreve no quadro seguinte.

Cenário 1: recuperação sustentável  O gráfico mostra um eixo vertical rotulado 'Nível de produção' e um eixo horizontal rotulado 'anos'. Uma curva sólida negra mostra uma recuperação gradual da produção, que permanece acima de uma linha de referência tracejada vermelha rotulada 'Trajetória de crescimento antes da crise'. A curva sólida negra é sempre acima da linha tracejada vermelha. Cenário 2: recuperação lenta  O gráfico mostra um eixo vertical e um eixo horizontal. Uma curva sólida negra cresce lentamente, permanecendo sempre acima de uma linha de referência tracejada vermelha. Um par de setas entre as duas curvas indica a diferença entre elas. Cenário 3: década perdida  O gráfico mostra um eixo vertical e um eixo horizontal. Uma curva sólida negra cresce de forma lenta e irregular, permanecendo sempre acima de uma linha de referência tracejada vermelha. Um par de setas entre as duas curvas indica a diferença entre elas.	A U.E. pode retomar plenamente a trajectória de crescimento anterior e aumentar o seu potencial de crescimento.
	A Europa sofre uma perda permanente de riqueza e recomeça a crescer a partir desta base inferior.
	A Europa sofre uma perda permanente de riqueza e do potencial de crescimento futuro.

Fonte: Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo

F. Azevedo (2008) refere os cenários traçados pelo ESPON para 2030 – um, tendencial, que pressupõe a continuidade das actuais tendências e das políticas públicas, e os outros dois, com prioridades contrastadas: competitividade e coesão.

Compreender o impacto territorial dessas Visões, que visam suscitar o debate entre os vários actores para um eventual reajustamento da estratégia europeia, passa por evocar um trabalho prévio, que resultou na construção de três cenários para 2030 – um, tendencial, que pressupõe a continuidade das actuais tendências e das políticas públicas, e os outros, com prioridades contrastadas: competitividade e coesão

A autora explana seguidamente cada um dos referidos cenários cujo conteúdo no fundamental consta nos parágrafos seguintes.

Cenário Tendência

Neste cenário a Europa não demonstra capacidade para superar os desafios com se depara, sendo necessário proceder a reajustamentos que permitam alcançar uma maior eficiência da Estratégia de Lisboa, uma maior integração das várias políticas e repostas à fragmentação da economia europeia, ou evitar investimentos menos rentáveis ou apropriados à emergência de um novo paradigma energético. Os traços que distinguem este cenário são: i) Concentração numa área central, “pentágono”, que se estende para outras áreas metropolitanas como Barcelona e Madrid, Roma, Glasgow, Copenhaga, Estocolmo e Oslo, Berlim e Varsóvia, Praga, Viena e Budapeste, e, ii) Imigração concentrada nas principais áreas metropolitanas.

Cenário “Prócompetitividade”

É um cenário orientado para potenciar um crescimento económico mais consistente, baseado numa maior competitividade e numa mais intensa inovação tecnológica, mas que simultaneamente tende a gerar, mais elevados custos sociais e ambientais, associados a um reforço das disparidades a vários níveis, hipotecando o efeito positivo no longo prazo, bem como o equilíbrio territorial e o desenvolvimento dinâmico da população, a qual estará concentrada numa área central que funciona como polarizadora de actividades – o “pentágono”, bem definido desde a década de 90. Cenário reflectido através de traços como: i) Polarização das actividades no Pentágono, mais limitado do que no cenário BAU, e, ii) Maior intensidade do risco de marginalização rural e maior número de áreas industriais em risco de declínio Intensa imigração.

Cenário “Pró-Coesão”

De acordo com F. Azevedo (2008) “Resultará em valor acrescentado para a coesão territorial e para o rejuvenescimento demográfico, integração sociocultural, com impactos menos lesivos para as regiões rurais, mas onde o desempenho económico e tecnológico será possivelmente o menos brilhante dos três cenários”. Este cenário caracteriza-se ainda pelos seguintes traços: i) Área de polarização alargada a um conjunto de cidades na periferia do centro, ii) Policentrismo, traduzido num número de áreas em

risco de marginalização e declínio de actividades com menor dimensão e intensidade, e, iii) Emergência de várias zonas periféricas integradas.

Estes cenários decorrem de uma análise efectuada sobre a dinâmica que anima a envolvente mais vasta, e que como refere F. Azevedo (2008) induzem as percepções da organização espacial que estão na origem das três visões seguintes, produzidas pelo ESPON para a União Europeia:

A Visão “Continental” (Uma Europa protegida e fechada), descreve os territórios de acordo com a forma tradicional dos continentes, subtilmente designada segundo “áreas civilizacionais” nos últimos tempos.

A homogeneidade do território e a convergência económica são aqui as forças motrizes de uma visão continental que beneficia o Leste e exacerba o papel insular da Europa no Mundo;

A Visão “Centro-Periferia” (Consolidar o Euro-Mediterrâneo), enfatiza a assimetria nas relações entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento e o declínio da posição dominante da Europa, e, remete para a capitalização de complementaridades entre uma periferia caracterizada pelo baixo custo dos factores de produção e um núcleo duro com elevado potencial tecnológico;

A Visão “Arquipélago” (Aumento das disparidades territoriais), assente numa organização do espaço em rede, evidencia a conectividade como principal força motriz, e assenta no pressuposto de que a conectividade com os principais centros do mundo e a complementaridade com os países vizinhos podem ser pilares de uma estratégia *win-win*.

De acordo com R. Aguiar (2010) na União Europeia verificar-se-á uma estabilização da população e da urbanização que ocorrerá mais cedo que a nível global, cerca de 2030 a 2040². Refere o autor que os pequenos núcleos urbanos praticamente desaparecem, em favor das cidades médias e grandes, fenómeno acompanhado de uma elevada eficiência no uso de energia e outros recursos.

Paralelamente verificar-se-á uma forte tendência no sentido da descarbonização da Economia e da utilização de energias renováveis, sendo neste caso a protecção do Ambiente um tema central.

Ainda de acordo com este autor “A Economia basear-se-á fortemente em Serviços – lazer, comunicações, gestão do ambiente; havendo menos indústria pesada que actualmente, e todos os bens são sujeitos a grandes esforços de desmaterialização e reciclagem e, a valorização dos produtos agrícolas e animais atingirá elevados níveis.”³

A. Leal (2003) num trabalho sobre o lugar da Europa no comércio mundial no século XXI, diz-nos que “pode ser imaginado através de dois cenários extremos: ou a Europa deixa as tendências actuais seguirem o seu caminho, o que a conduzirá a um declínio acentuado do seu poder económico e, consequentemente, à perda da sua posição no comércio mundial; ou a Europa adopta uma estratégia

² E mesmo com redução posterior nos casos A1 e B1 traçados a nível global. Ver em <http://www.ricardoaguiar.info/refs>

³ R. Aguiar esclarece que existem diferentes motivações para o progresso em cada um dos cenários referidos, nas várias vertentes – protecção ambiental, eficiência energética, etc., mas, segundo o autor “o resultado final é relativamente indiferente à origem destas motivações. Trata-se então mais de uma questão de grau do que de características. As diferenças entre Cenários são pois essencialmente relacionadas com o valor absoluto da população e o alcance do progresso nos vários aspectos acima mencionados. Segundo o pendor de cada um dos cenários, são maiores ou menores as trocas comerciais, a abertura de mercados e a cooperação internacional, a mobilidade de pessoas e transporte de mercadorias, a origem principal do abastecimento energético, a importância da agricultura, pecuária e pesca locais face a importações, e a eficiência das melhores tecnologias disponíveis.”

voluntarista para se reinventar como poder económico e comercial o que lhe permitirá manter-se no topo entre as grandes potências mundiais”.

A propósito são apontados pela autora os seguintes cinco cenários: 1º “Europa: crónica de um declínio anunciado”; 2º “Europa: uma potência reinventada (Europa – Rússia – Mediterrâneo); 3º “Europa – Rússia – Mediterrâneo2”; 4º “Super Ásia” e, 5º “Super América”, abaixo descritos, sendo inicialmente apresentados os dois mais centrados na Europa.

“O 1º cenário – ‘Europa: crónica de um declínio anunciado’ – o cenário de referência ou tendencial – baseia-se na projecção das tendências pesadas da população activa, da produtividade do trabalho e da produção, que a partir das hipóteses sobre as elasticidades das exportações e das importações em relação ao PIB permitem uma estimativa do comércio mundial em cada região do mundo.

Neste cenário, em 2050, o centro de gravidade da economia mundial desloca-se em direcção ao eixo Ásia-Pacífico. No caso deste cenário se tornar uma realidade, o alargamento da UE não conseguirá assegurar a paridade com os EUA. A UE terá um peso cada vez menor no curso da globalização; será uma lenta, mas inexorável saída da história mundial.

O 2º cenário – ‘Europa: uma potência reinventada (Europa – Rússia – Mediterrâneo)’ – é uma resposta estratégica da Europa ao que ficou identificado no anterior cenário tendencial. Funda-se na hipótese de que a Europa põe em prática uma grande política designada de “desenvolvimento integrado” com a margem sul do Mediterrâneo e com a Rússia, abarcando diversos sectores (económico, político, técnico). Neste cenário, a EU lança um vasto programa de cooperação técnica. Este cenário supõe uma melhoria substancial da produtividade do trabalho na Rússia e no Terceiro Mediterrâneo. Naturalmente, isto implicará profundas alterações políticas, sociais e económicas, bem como, uma evolução positiva das relações internacionais. Supõe, de igual modo, que a vitalidade económica europeia resulte de um dinamismo demográfico recuperado. Esta variante situa-se como contracorrente de uma tendência demográfica pesada, implicando escolhas políticas de primeira ordem”.

Esclarece A. Leal (2003) que os três restantes cenários estabelecem variantes em que uma ou mais regiões conhecem uma evolução relativamente mais favorável do que no cenário de referência. Cenários que foram obtidos através da alteração de um pequeno número de parâmetros. Esses cenários são os descritos nos próximos parágrafos.

“O 3º cenário ‘Europa – Rússia – Mediterrâneo’ constitui uma versão mais esbatida do cenário precedente, na medida em que as regiões periféricas da Europa conhecem uma evolução semelhante, mas a economia europeia continua apática pois nada foi feito para dominar a depressão demográfica.

4º O cenário ‘Super Ásia’ antevê a recuperação rápida da ASEAN (nomeadamente, do Vietname) e da Ásia do Sul e uma forte integração regional na Ásia.

5º O cenário ‘Super América’ prevê o predomínio das Américas, aparecendo como o contraponto do cenário anterior que apontava para o predomínio da Ásia: se não houve o renascimento

europeu – cenários 2 e 3 – e se não houve o renascimento asiático – cenário 4 – a possibilidade de afirmação das Américas é aquela que corresponderia à concentração das potencialidades de desenvolvimento. Assim é traçado o arranque económico da América do Sul (Mercosul alargado) e uma forte integração América do Norte – América do Sul”.

Expectativas e opiniões dos cidadãos da União Europeia para 2030

De acordo com o relatório apresentado pelo Grupo de Reflexão sobre o Futuro da UE 2030 (2010), no qual são identificados os desafios com que a UE se deverá ver confrontada em 2030 e a forma como a União Ihes poderá fazer frente, as expectativas e opiniões dos cidadãos da União sobre algumas questões relevantes são as que figuram nos quadros seguintes.

Expectativas sobre a União Europeia em 2030

"Considera-se muito optimista, bastante optimista, bastante pessimista ou muito pessimista acerca do futuro da União?" (em %)

Muito optimista	09
Bastante optimista	55
Muito pessimista	06
Bastante pessimista	23
Não sabe:	09

Fonte: Eurobarómetro 6/2009; UE 27

Como se pode constatar, aquando da recolha das respostas era ainda significativo a percentagem de respondentes que se encontravam optimistas em relação ao futuro da UE.

Expectativas sobre a vida dos cidadãos europeus em 2030

"Imagine como será a União Europeia em 2030. Comparada com a de hoje, a vida dos cidadãos europeus será ...?"

Mais fácil	28
Mais difícil	32
Nem mais fácil nem mais difícil	30
Não sabe	10

Fonte: Eurobarómetro 6/2009; UE 27

Sobre esta questão, verifica-se que há ligeira predominância dos que consideram que a vida dos cidadãos europeus será mais difícil em 2030, do que no momento em que o questionário foi aplicado.

Questões importantes em 2030

"Imaginando ainda como será o ano de 2030, quais serão, na sua opinião, as duas questões mais importantes para (O NOSSO PAÍS) em 2030?" (MÁX. 2 RESPOSTAS)

Situação económica	23
Desemprego	20
Criminalidade	18
Pensões	17
Protecção do ambiente	16
Sistema de saúde	15
Imigração	13
Subida dos preços/inflação	12
Terrorismo	09
Sistema de ensino	06
Habitação	06
Fiscalidade	05
Defesa/Assuntos externos	04
Não sabe	08

Fonte: Eurobarómetro 6/2009; UE 27

Destaque nesta questão para os três problemas seguintes: Situação económica, Desemprego e Criminalidade.

Expectativas sobre a União Europeia em 2030

"Para cada um dos seguintes itens, diga-nos se, na sua opinião, a União Europeia, em 2030, ... ?"

Opiniões Questão colocada	Não sabe	Não, provavelmente não	Sim, provavelmente
"... será apenas uma potência económica de segundo plano."	20	47	33
"... terá, com o euro, uma moeda mais forte que o dólar."	19	25	56
"... será uma potência diplomática líder no mundo."	18	26	56
"... irá muito para além dos limites do continente europeu."	20	37	43

Fonte: Eurobarómetro 6/2009; UE 27

Destaque para as seguintes respostas "... terá, com o euro, uma moeda mais forte que o dólar." e, "... será uma potência diplomática líder no mundo.", esta contrabalançada pela opinião segundo a qual "... será apenas uma potência económica de segundo plano."

RESULTADOS OBTIDOS NO ESTUDO EXPLORATÓRIO

No que se refere à U.E., a opinião dos respondentes encontra-se sistematizada por dimensão conforme se segue.

Quadro 2.1. – Dimensão Económica e Condições de subsistência / Nível de vida

Estará melhor	Estará pior
<ul style="list-style-type: none">✓ O estado da cooperação económica e científica✓ O aproveitamento/utilização dos fundos estruturais✓ Expansão económica✓ Maior sensibilização empresarial à necessidade de integração de novos métodos, tecnologias e desenvolvimento de novos produtos✓ A economia e a distribuição da riqueza.✓ A mobilidade dos cidadãos.✓ Mobilidade no interior da União Europeia (viajar, trabalhar, estudar)✓ Políticas Sociais / Solidariedade para dar resposta aos problemas comuns✓ Livre circulação de pessoas e bens	<ul style="list-style-type: none">✓ O bem estar -social europeu✓ As situações de desequilíbrio económico e financeiro / Situação económico-financeira✓ As desigualdades económicas e sociais entre os estados-membros / Os desequilíbrios entre os países membros✓ Diminuição do estado social existente actualmente / Recuo das políticas sociais✓ A União Europeia estará francamente pior, em termos económicos, perdendo consideravelmente terreno para os países asiáticos / Diminuição do peso económico no mundo / Difícil sustentabilidade do euro✓ Maiores desigualdades sociais.✓ Aumento da inflação.✓ Fraco desenvolvimento da Economia.✓ Baixa Coesão Territorial e Social / menos coesão social (2)✓ Pobreza e exclusão social / Aumento da pobreza / Mais pobreza✓ / Problemas ao nível do desemprego (3), saúde, segurança social ou educação.✓ Mais precariedade de rendimentos,✓ Menos espírito colectivo nos aspectos práticos da vida social, sistemas de saúde mais deficitários, mais burocracia.✓ Deslocalização das empresas para mercados com custos de mão-de-obra mais baixos.✓ A saída de indústrias do saber para os países em desenvolvimento.✓ Insustentabilidade económica em termos de gestão (Países mais poderosos / países em crise)✓ Problemas sociais✓ Redução dos Fundos Comunitários

Um dos respondentes referiu que a lógica de privatização e do lucro individual, que revelaram potencialidades até um dado momento, está muito provavelmente relacionada com o aumento de todos estes problemas.

Quadro 2.2. - Dimensão Demográfica	
Estará melhor	Estará pior
<ul style="list-style-type: none"> ✓ A entrada de emigrantes escolhidos. ✓ Uma maior natalidade, principalmente à custa de emigrantes 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ameaça de grande baixa de natalidade, com a consequente entrada de povos do exterior / a Europa poderá enfrentar uma forte pressão de imigração ✓ Envelhecimento populacional (2)

Ainda que seja referido o aumento da natalidade (originado pelos imigrantes) é salientado que a Demografia europeia possa piorar nomeadamente no que se prende com o envelhecimento da população.

Quadro 2.3. – Dimensão Tecnológica	
Estará melhor	Estará pior
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ciência e tecnologia (i.e. os avanços na ciência, concretizados ou não em novas tecnologias, serão um factor proeminente a nível global que caracterizará também o espaço da União Europeia) / Ciência e tecnologia ✓ Continuação acelerada das comunicações e do acesso à informação ✓ Maior informatização dos serviços bem como organização dos mesmos / Maior qualificação dos serviços ✓ Transportes mais eficazes; ✓ Redes e vias de comunicação 	

Foram referidos somente factores positivos na dimensão tecnológica, nomeadamente as questões relacionadas com as comunicações e a informação.

Quadro 2.4. – Dimensão Ensino, Formação e Recursos Humanos

Estará melhor	Estará pior
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Nível académico ✓ Mobilidade dos trabalhadores e estudantes 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O processo de Bolonha

Melhorará o nível de habilitações da população e a mobilidade entre o universo estudantil, porém alguns dos efeitos do processo de Bolonha poderão ter atingido níveis mais preocupantes do que aqueles que são apontados actualmente.

Quadro 2.5. - Dimensão Político-Legal

Estará melhor	Estará pior
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Coesão Política e Económica ✓ Maior reforço da coesão social, retirando da crise 2009 os ensinamentos e a necessidade de uma voz activa no contexto mundial; reformas de sistema e caminho mais profundo para a união, em marcha. ✓ A UE estará certamente largada a praticamente todos os países da zona euro, contribuindo para diminuir as tensões políticas e aumentar o peso da Europa nos (des)equilíbrios económicos e políticos mundiais. ✓ Respostas conjuntas de operações militares. ✓ Abertura a Sul ✓ A UE será um Estado, com uma série de Nações. ✓ Cooperação entre países (2) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A governação da EU ✓ As relações entre países do norte e do sul da UE ✓ Ameaça de proteccionismos; ✓ Não existirá mais. Tornou-se incomportável para a Alemanha financiar a UE ✓ Representatividade dos cidadãos nas Instituições da União ✓ Federalismo e eventual poderio hegemónico dos países mais ricos / Uma União Europeia Federalista que será dominada pelos países mais ricos da Europa. ✓ O aumento do número de estados membros dilui significativamente a importância relativa dos pequenos países, e a dificuldade de obtenção de consensos alargados imporá uma Europa a diferentes velocidades ✓ Burocracia e fragilidade da coesão europeia ✓ Representatividade dos estados-membros (i.e. uma menor correspondência entre os interesses dos estados-membros e os interesses da instituição UE) ✓ Endurecimento face à imigração ✓ Perda de protagonismo no mundo / Perda de estatuto

É mencionada a coesão económica, social e política e a cooperação como factores que poderão estar numa posição mais satisfatória, enquanto é apontada como podendo estar pior a fragilidade interna e externa da União Europeia.

Quadro 2.6. - Dimensão Sociocultural

Estará melhor	Estará pior
<ul style="list-style-type: none"> ✓ A interligação das culturas / Uma maior interculturalidade / Multiculturalidade ✓ Desenvolvimento de alguns mecanismos ligados ao revivalismo do passado com consequências positivas como valorização das relações personalizadas e incremento de algum tipo de espiritualidade. ✓ Identidade europeia ✓ Mobilidade (inter e intra estados) ✓ Implicação da sociedade na solução de problemas 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conflitos Sociais/raciais ✓ Desenvolvimento de alguns mecanismos ligados ao revivalismo do passado com consequências negativas como um endurecimento face a certos valores ligados à liberdade em detrimento da necessidade de segurança. ✓ Perda de algum sentido da realidade e incremento dos mundos virtuais. ✓ Instabilidade social (exemplo: casos como os de contestação social na Grécia, poderão alastrar-se a outros países) ✓ Franjas de contestatários violentamente activas. ✓ Crise de valores agudizada ✓ Relações humanas deterioradas (mais egoísmo, mais materialismo) ✓ As cidades poderão ser locais com índices de violência superiores ao de hoje ✓ Mais criminalidade / A segurança (2)

São apontados como provavelmente mais favorecidos alguns factores como por exemplo a inter ou multiculturalidade, enquanto os conflitos sociais, o relacionamento entre as pessoas e a questão da segurança são tópicos que podem conhecer uma deterioração.

Quadro 2.7. - Dimensão Ambiental e do Ordenamento do Território

Estará melhor	Estará pior
<ul style="list-style-type: none"> ✓ A utilização de energia será mais racional; ✓ Maior aposta nas energias renováveis (2) ✓ Qualidade ambiental e biodiversidade. ✓ As acessibilidades e mobilidades inter e intra estados 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Alterações climáticas (2)

Como um dos aspectos mais positivos é apontado o tema da energia, acompanhado das acessibilidades. No lado negativo é indicado o problema do agravamento climático

A SITUAÇÃO ACTUAL E ANTECEDENTES

Nota preambular

Para a elaboração deste ponto foi consultado também o conteúdo da publicação elaborada pelo Grupo de Reflexão sobre o Futuro da UE 2030 (2010), que como já referido foi incumbido pelo Conselho Europeu, reunido em Bruxelas a 14 de Dezembro de 2007, de apresentar um relatório sobre os desafios com que a UE se deverá ver confrontada em 2030 e sobre a forma como se lhe poderia fazer frente.

Para além desta referência foram ainda consultadas publicações de M. Guerson (2010) que reflecte sobre os desafios actuais da União Europeia, discutindo o processo de integração europeu em questões identitárias, da Comissão Europeia que apresentou em 2010 a comunicação sobre A Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, e, de Frank Shaw (2001) que no seu trabalho sobre A Nova Europa em 2010 (Estudo promovido pelo Centre for Future Studies com sede em Londres), aponta quatro Cenários, aos quais se encontram subjacentes as interrogações que se seguem: Como será a Europa em 2010.

A União Europeia na actualidade

São abordados neste ponto os desafios, problemas e tendências em curso, com que a UE se defronta actualmente, e emergentes, com que se irá defrontar a breve prazo, sendo também referidas as propostas apresentadas para se fazer face aos constrangimentos diagnosticados e, melhorar os aspectos positivos identificados.

Para os promotores do “Manifesto dos economistas consternados”⁴, corre-se o risco da Europa ser empurrada para a recessão devido à natureza da estratégia seguida pela União Europeia face à crise das dívidas soberanas, que pode conduzir a uma situação de *default* em *default*. Para obviar um possível desfecho como o referido, os economistas consternados propõem as seguintes 22 medidas:

Medida 1: compartimentar estritamente os mercados financeiros e as actividades dos agentes financeiros, proibir os bancos de especular por conta própria, para evitar a propagação de bolhas e craches.

Medida 2: Reduzir a liquidez e a especulação desestabilizadora com controlo dos movimentos de capitais e taxas sobre operações financeiras.

⁴ Iniciativa lançada em Setembro de 2010 por André Orléan, Philippe Askenazy, Thomas Coutrot e Henri Sterdyniak (este último Director do Departamento de Economia da Globalização do Observatório Francês da Conjuntura Económica) e professor da Universidade de Paris IX-Dauphine), e, cujo conteúdo pode ser consultado no Anexo ?).

Medida 3: Restringir as operações financeiras às que se prendem com necessidades da economia real (por exemplo, CDS apenas aos detentores de títulos segurados, etc.).

Medida 4: Plafonamento das remunerações dos *traders*.

Medida 5: Reforçar significativamente o equilíbrio de poderes dentro das empresas para forçar a administração a tomar em conta todos os interesses participantes.

Medida 6: Aumentar significativamente os impostos sobre os rendimentos muito elevados para desencorajar a corrida aos rendimentos insustentáveis.

Medida 7: Reduzir a dependência das empresas face aos mercados financeiros, pelo desenvolvimento de uma política pública de crédito (taxas preferenciais para actividades prioritárias na área social e ambiental).

Medida 8: A actividade das agências de notação financeira deve ser regulada no sentido de reduzir a arbitrariedade: a notação deve resultar de um cálculo económico transparente.

Medida 8bis: O BCE, com a compra de títulos públicos, deve proteger os Estados dos mercados financeiros.

Medida 9: Realizar uma iniciativa cidadã de auditoria pública da dívida do Estado, para determinar a sua origem, bem como conhecer a identidade dos principais detentores de títulos de dívida e os montantes detidos.

Medida 10: Manter, ou melhorar, o nível de protecção social.

Medida 11: Aumentar o esforço orçamental em educação, investigação, reconversão ambiental, ..., para estabelecer as condições para um crescimento sustentável, permitindo uma queda acentuada do desemprego.

Medida 12: Voltar a dar um carácter fortemente redistributivo à fiscalidade directa sobre o rendimento (supressão de nichos, criação de novos escalões, aumento das taxas...);

Medida 13: Eliminar as isenções concedidas às empresas sem efeito suficiente em matéria de emprego.

Medida 14: Autorizar o BCE a financiar directamente os Estados (ou exigir que os bancos comerciais subscrevem emissões de títulos públicos) com baixas taxas de juros, afrouxando assim o espartilho com que os mercados financeiros os apertam.

Medida 15: Se necessário, reestruturar a dívida pública, por exemplo, limitando o serviço da dívida pública a uma determinada % do PIB, e discriminando entre os credores segundo o volume de ações que possuem. Há também que renegociar as taxas de juros exorbitantes dos títulos emitidos por países em dificuldades durante a crise.

Medida 16: Voltar a questionar a livre circulação de capitais e mercadorias entre a UE e o resto do mundo, se necessário através da negociação de acordos bilaterais ou multilaterais;

Medida 17: Em vez da política de concorrência, fazer da “harmonização no progresso” o fio condutor da construção europeia. Estabelecer metas comuns com carácter obrigatório em matéria de progresso social, tal como existem em matéria macroeconómica.

Medida 18: Assegurar uma efectiva coordenação das políticas macroeconómicas e uma redução concertada dos desequilíbrios comerciais entre os países europeus.

Medida 19: Compensar os desequilíbrios de pagamentos na Europa por um Banco de Compensações (organizando empréstimos entre países europeus).

Medida 20: Se a crise do euro levar à sua fragmentação, e enquanto se aguarda o orçamento da UE, estabelecer um regime monetário intra-europeu (uma moeda comum do tipo "bancor") que organize a absorção dos desequilíbrios das balanças comerciais na Europa.

Medida 21: Desenvolvimento de uma fiscalidade europeia (taxa sobre o carbono, imposto sobre os lucros, ...) e um verdadeiro orçamento europeu para apoiar a convergência das economias e trabalhar no sentido da igualdade de acesso aos serviços públicos e sociais nos diversos Estados-Membros, com base nas melhores práticas.

Medida 22: Lançamento de um vasto plano europeu, financiado por subscrição pública, com baixas taxas de juros mas com garantia, e/ou emissão do BCE, para iniciar a reconversão ecológica da economia europeia.

Anteriormente, o Grupo de Reflexão sobre o Futuro da UE 2030 (2010), que foi incumbido pelo Conselho Europeu, reunido em Bruxelas a 14 de Dezembro de 2007, de apresentar um relatório sobre os desafios com que a UE se deverá ver confrontada em 2030 e sobre a forma como se lhe poderia fazer frente, começou por afirmar que chegou a constatações nada tranquilizadoras, nem para a União nem para os seus cidadãos, o que decorria de: i) Uma crise económica mundial; ii) Estados que acorrem a salvar bancos; iii) Um envelhecimento das populações que ameaça a competitividade das nossas economias e a sustentabilidade dos nossos modelos sociais; iv) Uma pressão para a baixa sobre os custos e os salários; v) Os desafios das alterações climáticas e da crescente dependência energética; e vi) A deslocação para o Oriente na distribuição mundial da produção e das poupanças. E, a rematar tudo isto, as ameaças do terrorismo, da criminalidade organizada e da proliferação de armas de destruição maciça que pesam sobre nós.

Interrogando-se sobre se “Neste mundo em mudança, conseguirá a UE manter o seu nível de prosperidade, e melhorá-lo? Será capaz de promover e defender os valores e os interesses da Europa?” e tendo respondido afirmativamente, referem que a “UE pode ser um agente de mudança no mundo, um modelo a seguir, e não mera testemunha passiva”, o que tal “só será possível se colaborarmos uns com os outros; os desafios que nos esperam são grandes de mais para que os países europeus os possam enfrentar cada um por si. A nossa capacidade de influenciar os acontecimentos para lá das nossas fronteiras irá, por sua vez, depender da aptidão que tivermos para assegurar um sólido crescimento e uma verdadeira coesão interna no seio da União. E ainda na opinião do Grupo “A Europa encontra-se num ponto de viragem da sua História. Só conseguiremos vencer os desafios que temos pela frente se todos – políticos, cidadãos, empregadores e empregados – soubermos reunir forças em prol de um novo propósito comum, definido pelas necessidades da era actual”.

Após referir que “Neste momento crucial, a UE tem de agir com determinação e em uníssono, evitando quaisquer tentações proteccionistas”, formulam as seguintes recomendações:

- ✓ Importa que os dirigentes da UE continuem a adoptar medidas para ultrapassar a actual crise – mas essas medidas devem estar ligadas às reformas a médio e a longo prazo de que a UE necessita;
- ✓ Urge reforçar a governação económica na UE para evitarmos os choques assimétricos resultantes da coexistência da união monetária e do mercado único com políticas económicas divergentes;
- ✓ A UE tem de dar solução aos desequilíbrios que existem entre os Estados-Membros, examinando e corrigindo as perdas de competitividade reflectidas nos défices das balanças de pagamentos e das balanças de transacções correntes;
- ✓ Para evitar que a crise se repita, a UE tem de se lançar, com carácter de urgência, num processo de reforma do funcionamento e supervisão das nossas instituições financeiras;
- ✓ Tendo como horizonte o ano 2030, os europeus precisarão de uma economia social de mercado altamente competitiva e sustentável para manterem a coesão social e lutarem contra as alterações climáticas;
- ✓ Os Estados-Membros deverão mobilizar os recursos que se comprometeram a investir em I&D, com a ajuda do sector privado, e reformar todos os aspectos da educação, incluindo a formação profissional. Além disso, a União deve actuar utilizando os seus próprios instrumentos orçamentais revistos e, simultaneamente, tirando o melhor partido da contribuição do Banco Europeu de Investimento e do Fundo Europeu de Investimento. Devemos, por último, ponderar a possibilidade de criar novas fontes de receita, aplicando, por exemplo, um imposto sobre o carbono;
- ✓ A UE deve pôr em prática uma política energética comum com uma dimensão interna e uma dimensão externa, o que nos permitirá aumentar a eficiência energética e realizar mais poupanças de energia, conforme preconizado na estratégia "Europa 2020", e bem assim diversificar o abastecimento de energia por países terceiros;
- ✓ A UE deve continuar a liderar a luta contra as alterações climáticas. Contudo, para desempenhar um papel mais eficaz e importante na ordem mundial emergente, a União terá de evitar os erros que cometeu em Copenhaga. Será necessário definir uma verdadeira estratégia de negociação comum que nos permita defender melhor os nossos interesses;
- ✓ Os europeus devem fazer frente ao desafio demográfico que se lhes coloca. Se não forem tomadas medidas com carácter de urgência, o envelhecimento das nossas sociedades exercerá uma pressão insustentável sobre os nossos sistemas de pensões, de saúde e de protecção social e comprometerá a nossa competitividade económica;
- ✓ A UE deve reforçar o mercado único, para que resista às tentações de nacionalismo económico, e completá-lo de modo a abranger os serviços, a sociedade digital e outros sectores, que

deverão converter-se nos principais motores de crescimento e criação de emprego num mercado de 500 milhões de utilizadores e consumidores. Este reforço e esta plena realização do mercado único devem ser acompanhados de uma melhor coordenação fiscal;

- ✓ Os europeus devem reformar o mercado de trabalho e modernizar as práticas de governação empresarial. Para tirarmos o melhor partido das potencialidades da revolução tecnológica, temos de operar grandes mudanças estruturais nos nossos mercados de trabalho;

O Grupo enfatiza ainda que para a UE conseguir atingir as metas traçadas, “é necessário que o Conselho Europeu e o Eurogrupo reforcem a sua liderança, em coordenação com a Comissão e o Parlamento Europeu”, e acrescenta que ao empreender-se estas reformas, os protagonistas devem “tirar o melhor partido das novas ferramentas proporcionadas pelo Tratado de Lisboa para desenvolver uma maior participação dos cidadãos na União, uma política de segurança interna e externa efectiva, relações mais sólidas com os nossos vizinhos, e capacidade para representar os nossos interesses no exterior”.

Por sua vez M. Guerson (2010) evoca a questão do modelo social enquanto parte fundamental dos objectivos da União Europeia, salientando que a dependência deste modelo em relação à economia para atingir seus objectivos de protecção social acaba por comprometer o respectivo sucesso, acrescentando a autora que a aplicação desse modelo social em todos os Estados membros, numa perspectiva de uniformização acaba prejudicando o sucesso do referido modelo. Face a estes pressupostos considera que são necessários projectos diferentes para cada Estado, a fim de obter o sucesso dos sistemas de bem-estar social na Europa, pelo que os políticos devem entender que em certas áreas o projecto da União Europeia não pode ser figurino único para todos os Estados.

Alude também a outro problema no projecto actual do bloco, que é o de não ter criado uma política efectiva de integração dos imigrantes, não só no que se prende com o mercado de trabalho, mas também no que concerne à preparação das sociedades nacionais para conviverem com cidadãos de outros países.⁵

Por outro lado a União Europeia não tem conseguido reverter a situação do envelhecimento da população europeia, onde os cidadãos com mais de 60 anos de idade representam aproximadamente 20% da população e, os habitantes com idade superior a 50 anos já ascendem a mais de 30%. O aumento da esperança de vida explica em parte esta realidade, mas também a existência de uma taxa de natalidade muito baixa, constitui um factor de peso, pois em quase todos os Estados europeus as taxas de natalidade situam-se abaixo do nível de reposição das gerações.

Constata também a autora que as reformas estruturais não foram programadas para dar resposta à missão dos serviços públicos, que são responsabilidades do governo. “A maioria das soluções que o projecto contempla para estes problemas é apresentada no Tratado de Lisboa, e quando este tratado é analisado ainda se consegue encontrar lacunas que não permitirão o sucesso que o bloco espera alcançar”, adiantando que, no caso do método aberto de coordenação, que seria a principal ferramenta

⁵ As respostas xenófobas em vários países da Europa, nomeadamente Dinamarca, Holanda, Finlândia, França, etc., constituem o reflexo da falta de aceitação por parte de alguns europeus em relação aos imigrantes.

para contornar as questões problemáticas, não consegue resolver a disparidade existente entre as regiões europeias, concluindo que “o método aberto de coordenação não pode ser aplicado em um processo essencialmente vertical, como é hoje no projecto da União. O projecto deve ser implementado de uma forma horizontalizada, com a comunicação aberta entre os Estados para discutirem os problemas e as lições que podem ser tiradas da aplicação do método aberto”.

O problema da identidade da União Europeia é um outro desafio enfrentado pelo bloco “pois este não tem mais o papel para o qual foi criado, e definir sua identidade, para que serve, e o que representa hoje não é possível ainda, porque esta identidade não existe, está em construção. A União Europeia não é um Estado e não é mais só uma comunidade com uma área de livre comércio.

E M. Guerson (2010) termina com uma interrogação: O que é hoje a União Europeia? Não se sabe”, e afirmando na sequência desta questão que, “Caso o seu projecto não seja remodelado de acordo com as exigências que o contexto social europeu impõe, é impossível garantir um avanço concreto, e a identidade da União Europeia continua sem existir.

Actualmente a União Europeia depara-se com os seguintes desafios: i) as alterações climáticas, ii) a energia, iii) a luta contra o terrorismo, iv) a imigração ilegal, v) a fuga de cérebros e vi) a concorrência das economias emergentes – Brasil, Rússia, China e África do Sul.

O combate aos desafios acima indicados requerem a definição de prioridades de entre as quais há a destacar as seguintes:

1º Investimento em energias renováveis, com a finalidade de dinamizar a economia, diminuir a dependência energética e combater as alterações climáticas, o que requer a aplicação de coimas aos agentes poluidores e incentivos fiscais a particulares que apostem nesta área;

2º Suster a fuga de cérebros europeus para o exterior da UE, criando incentivos como por exemplo: oportunidades de aceder a postos de trabalho bem remunerados, estabilidade de emprego e facilidades de instalação mediante apoio ao arrendamento ou aquisição de imóveis;

3º Trabalhar conjuntamente com países de África, América Latina e Ásia visando regularizar a entrada e fixação de imigrantes, necessários às economias e sistemas de segurança social dos países da UE, e assim promover o combate ao flagelo do tráfico clandestino de seres humanos, aplicando coimas a prevaricadores e apoiando a pacificação e a democratização de países terceiros, de modo a contribuir para o desenvolvimento das respectivas economias e criação de condições para a fixação dos naturais desses países;

4º Promover a criação de novas regras de trabalho e de produção no mercado internacional, restringindo a entrada no mercado europeu de produtos provenientes de países com economias emergentes onde há exploração do trabalho humano, com o intuito de estimular reivindicações sociais nos países com sistemas sociais precários, que conduzam à adopção de políticas respeitadoras dos Direitos Humanos;

5º Continuar o alargamento da União Europeia, na medida em que uma Europa mais forte e mais autónoma poderá, e deverá, desempenhar um papel muito importante e dinâmico no processo de

globalização, induzindo a prosperidade e a justiça a outros lugares e contribuindo para um planeta mais coeso e pacífico, onde as questões ambientais e o bem-estar social sejam uma realidade adquirida.

6º Combate ao terrorismo mediante sensibilização e educação para os Direitos Humanos, visando a supressão de preconceitos e discriminações que se abatem sobre as minorias, apoiando para o efeito os países muçulmanos moderados, e reforçando a vigilância policial a nível europeu, particularmente no domínio da informação, da organização e da cooperação;

Por seu lado, a Comissão Europeia (2010) constata que persistem os seguintes desafios que se colocavam à UE em 2000 e que deram origem à Estratégia de Lisboa:⁶

- ✓ A globalização e a emergência de novas potências económicas;
- ✓ A Economia do Conhecimento;
- ✓ O envelhecimento da população;

Perante a crise económica e financeira que se abateu a nível mundial desde 2007 e que acentuou as dificuldades com que a Europa se tem vindo a deparar, houve que proceder a uma redefinição de prioridades, tendo sido apontadas as seguintes:

- ✓ Sair da Crise
- ✓ Definir uma Estratégia médio longo prazo

Em conformidade a Comissão Europeia lançou a Estratégia Europa 2020,⁷ com a finalidade de assegurar a saída da crise e preparar a economia da UE para a próxima década⁸. A Comissão identificou três vectores fundamentais de crescimento que deverão orientar as acções concretas a nível da UE e a nível nacional: crescimento inteligente (promover o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital), crescimento sustentável (tornar o aparelho produtivo mais eficiente em termos de recursos, ao mesmo tempo que se reforça a nossa competitividade) e crescimento inclusivo (aumento da taxa de participação no mercado de trabalho, aquisição de qualificações e luta contra a pobreza).

Mas para que batalha pelo crescimento e pelo emprego seja ganha é necessário um empenhamento ao mais alto nível político e a mobilização de todos os intervenientes à escala europeia. O documento inclui

⁶ Que para a deputada Ilda Figueiredo “A Estratégia de Lisboa não criou mais empregos com direitos, não reduziu a pobreza e exclusão social nem aumentou o crescimento económico. O que conseguiu foi abrir caminho a uma maior concentração e centralização capitalistas, através de diversas directivas que facilitaram privatizações de sectores estratégicos da economia e a sua desregulamentação (serviços financeiros, energia, transportes e comunicações), ataques a fatias de serviços públicos essenciais que interessam ao capital em áreas como a saúde, segurança social, educação, cultura, justiça e tudo o que possa dar lucro, para o que já contam com a famigerada directiva Bolkestein.”

⁷ Texto elaborado com base em documentos disponíveis no seguinte site http://ec.europa.eu/europe2020/index_pt.htm

⁸ A propósito o Presidente J. M. Barroso referiu que: “A Europa 2020 reflecte o que teremos de fazer desde já e no futuro próximo para relançar a economia europeia. A crise veio revelar questões fundamentais e tendências insustentáveis que não podemos continuar a ignorar. A Europa regista um défice de crescimento que compromete o nosso futuro. Temos de combater de forma decisiva os nossos pontos fracos e apostar nos nossos inúmeros pontos fortes. Temos de construir um novo modelo económico baseado no conhecimento, numa economia hipocarbónica e numa elevada taxa de emprego. Esta batalha exige uma mobilização geral à escala europeia”. Salientou ainda que: “a Europa deve tirar ensinamentos da crise económica e financeira mundial. As economias dos Estados Membros estão intimamente ligadas e nenhum por si só poderá dar uma resposta eficaz aos desafios globais agindo de forma isolada. Somos mais fortes quando trabalhamos em conjunto e uma saída com êxito da crise depende, por conseguinte, de uma estreita coordenação das políticas económicas. Chamou a atenção para que “Se o não fizermos, poderemos assistir a uma «década perdida» de declínio relativo, de erosão permanente do crescimento e com níveis estruturalmente elevados de desemprego”.

cinco objectivos que definem o que se pretende para a UE em 2020 e que permitirá acompanhar os progressos alcançados.

A Estratégia Europa 2020, que constitui uma visão para uma economia social de mercado da Europa para a próxima década, baseia-se em três áreas prioritárias interdependentes e que se reforçam mutuamente: i) um crescimento inteligente, desenvolvendo uma economia baseada no conhecimento e na inovação; ii) um crescimento sustentável, promovendo uma economia hipocarbónica, eficiente em termos de recursos e competitiva; e iii) um crescimento Inclusivo, promovendo uma economia com altas taxas de emprego que assegure a coesão social e territorial.

Os progressos para alcançar estes objectivos gerais serão avaliados em função de cinco objectivos representativos a nível da UE, que os Estados-Membros deverão traduzir em objectivos nacionais, tendo em conta os seus diferentes pontos de partida:

- 75 % da população de idade compreendida entre 20 e 64 anos deve estar empregada.
- 3 % do PIB da UE deve ser investido em I&D.
- os objectivos em matéria de clima/energia «20/20/20» devem ser cumpridos.
- a taxa de abandono escolar deve ser inferior a 10 % e pelo menos 40 % da geração mais jovem deve dispor de um diploma do ensino superior.
- 20 milhões de pessoas devem deixar de estar sujeitas ao risco de pobreza.

Para atingir estes objectivos, a Comissão propõe uma agenda Europa 2020 que consiste numa série de iniciativas emblemáticas, cuja execução constituirá uma prioridade partilhada que exigirá acções a todos os níveis: organizações à escala da UE, Estados-Membros e autoridades locais e regionais:

- Uma União da inovação – recentrar a política de I&D e inovação nos principais desafios societais, ao mesmo tempo que se colmata o desfasamento que existe entre ciência e mercado, transformando as invenções em produtos. A título de exemplo, a patente comunitária poderia traduzir-se numa economia anual de 289 milhões de EUR para as empresas;
- Juventude em movimento – reforçar a qualidade e a capacidade de atracção internacional do sistema de ensino superior europeu, promovendo a mobilidade dos estudantes e dos jovens profissionais. Enquanto acção concreta, as vagas existentes em todos os Estados-Membros devem ser mais facilmente acessíveis em toda a Europa e as qualificações e experiência profissional reconhecidas de forma adequada.
- Uma Agenda digital para a Europa – retirar de forma sustentável benefícios económicos e sociais do mercado único digital baseado na internet de alta velocidade. Até 2013, todos os europeus devem ter acesso à internet de alta velocidade.
- Uma Europa eficiente em termos de recursos – apoiar a transição para uma economia hipocarbónica e eficiente na utilização de recursos. A Europa deve manter-se fiel aos objectivos que fixou para 2020 no domínio da produção, eficiência e consumo de energia. Deste modo, seria possível uma poupança de 60 mil milhões de EUR nas importações de petróleo e gás em 2020.

- Uma política industrial em prol do crescimento verde – contribuir para a competitividade da indústria da UE no mundo que emergirá da crise, promover o empreendedorismo e desenvolver novas qualificações. Deste modo, seria possível criar milhões de novos postos de trabalho.
- Uma Agenda para novas qualificações e novos empregos – criar as condições para a modernização dos mercados de trabalho, com vista a aumentar as taxas de emprego e assegurar a sustentabilidade dos nossos modelos sociais, no momento da passagem à reforma da geração dos «baby-boomers».
- Uma Plataforma europeia contra a pobreza – assegurar a coesão económica, social e territorial, permitindo que as camadas mais pobres e socialmente excluídas da população desempenhem um papel activo na sociedade.

A Europa 2020 é portanto um projecto que tem por ambição elevar a liderança e a responsabilização para um novo patamar. A Comissão convidou os Chefes de Estado e de Governo a fazerem sua esta nova estratégia, tendo-a aprovado no Conselho Europeu da Primavera. Neste processo o papel do Parlamento Europeu será também reforçado.

Serão reforçados ainda os métodos de governação para assegurar que os compromissos se traduzem em acções concretas no terreno, devendo a Comissão acompanhar os progressos alcançados. Os relatórios e a avaliação ao abrigo da Europa 2020 e do Pacto de estabilidade e crescimento serão assegurados em simultâneo (apesar de continuarem a ser instrumentos distintos) com uma preocupação de coerência, permitindo que ambas as estratégias prossigam objectivos de reforma similares.

Frank Shaw (2001) no seu trabalho sobre A Nova Europa em 2010 (Estudo promovido pelo Centre for Future Studies com sede em Londres), aponta quatro Cenários, aos quais se encontram subjacentes as interrogações que se seguem: Como será a Europa em 2010? Será um continente seguro em termos de estabilidade económica, consenso político, progresso tecnológico e mercados liberalizados? Ou, pelo contrário, estará a afundar-se num mar de instabilidade económica e financeira?

Os governos irão avançar com confiança para uma união política cada vez maior, ou recuarão perante a contestação popular contra uma administração central dominadora? As novas tecnologias serão encaradas como uma ponte para a prosperidade ou como uma fonte de divisão social e desemprego? As questões ambientais desaparecerão da agenda política, ou haverá uma preocupação crescente com as consequências ambientais de um crescimento não controlado? A Europa despertará para novas alianças no exterior ou procurará levantar fortes barreiras contra um mundo hostil?

Os resultados do estudo são apresentados nos quatro pontos seguintes: i) Principais Factores de Mudança, ii) Cenários Alternativos, iii) O Impacto Sectorial dos Cenários Alternativos e, iv) Implicações sobre a Estratégia das Empresas.

No que concerne aos Principais Factores de Mudança o autor identificou cinco i) A mudança social, ii) A mudança tecnológica, iii) A mudança económica, iv) A mudança ambiental, e, v) A mudança política, que são abordados nos parágrafos seguintes.

No que se refere à mudança social, F. Shaw releva que, o único desenvolvimento que podemos prever com alguma certeza é o de que a Europa será sobretudo uma sociedade de meia-idade em 2010, que os

custos com os cuidados de saúde também vão crescer significativamente, à medida que for aumentando o número de pessoas com mais de 75 anos de idade e que não é certo que a já longa tendência para taxas de natalidade mais baixas e nascimentos mais tardios (passou-se de uma média de 2,7 nascimentos por mulher, em 1960, para apenas 1,4 em 1996) se mantenha na geração daqueles que actualmente se aproximam dos vinte e dos trinta anos de idade. O autor sublinha também que a incerteza permanece em relação a muitas outras importantes tendências sociais, tais como: “Qual será a taxa de imigração de pessoas vindas do Norte de África e da Europa de Leste, e quais serão as suas implicações para a UE?; As sociedades europeias tornar-se-ão mais fragmentadas e desiguais em resultado da liberalização dos mercados ao estilo norte-americano e do enfraquecimento dos Estado providência? Em consequência, o crime aumentará? Qual será o equilíbrio entre os modos de vida rural e urbano? – O teletrabalho irá finalmente disparar?; Até que ponto é que as preferências ao nível do consumo irão convergir na Europa? As pessoas terão uma maior mobilidade no interior deste espaço ao longo das suas vidas, promovendo atitudes mais cosmopolitas? Será que a mais nova “geração MTV” tenderá a ter preferências pan-europeias, apoiando o crescimento de marcas comerciais globais e europeias?”

Em relação à mudança tecnológica, o autor diz-nos que se pode afirmar com “razoável certeza que a inovação tecnológica prosseguirá a um ritmo rápido. Uma versão da Lei de Moore, que prevê uma diminuição exponencial no custo unitário das telecomunicações e dos computadores ao longo do tempo, deverá continuar a aplicar-se. Tal como no passado, haverá também um fluxo constante de inovações incrementais na forma de produção e distribuição de produtos e serviços mais tradicionais”, e, acrescenta ainda que “Noutras áreas, como a nanotecnologia e a robótica, prevê-se um avanço menor durante este período, embora desenvolvimentos inesperados não possam nunca ser excluídos se forem encontradas “aplicações inovadoras”.

Sobre a mudança económica, é levantada a questão do sucesso ou fracasso da UEM, referindo o autor que um cenário possível para 2010 seria uma única zona euro extensível a 25 países ou mais, incluindo o Reino Unido, toda a Escandinávia, e a maior parte da Europa Central e de Leste, ou, em alternativa que se poderia registar um colapso antecipado do projecto europeu, depois de uma recessão prolongada durante os primeiros anos do século XXI, na Europa. Adverte porém F. Shaw que “O desempenho da economia na UE dependerá também perigosamente dos acontecimentos globais. O desenvolvimento de um comércio de serviços mais livre irá continuar? A que ritmo e com que força é que a Ásia conseguirá recuperar da actual crise? Os Estados Unidos continuarão a ser um motor de crescimento da economia mundial, ou será que as tentativas para corrigir o seu défice comercial poderão desencadear uma recessão mundial?”

No que se prende com a mudança ambiental, O autor alude ao facto de nos últimos anos, as questões ambientais terem passado para segundo plano na agenda política de muitos países europeus e também da própria UE, o que originou “protestos dos ambientalistas ocasionando pressões sobre os governos no sentido de estes apertarem os níveis de regulamentação ambiental e utilizarem a política fiscal de forma

mais activa para punirem os poluidores parecem estar, de facto, a aumentar". F. Shaw refere que "a era do automóvel a gasolina pode estar a desaparecer por volta de 2010 à medida que os carros eléctricos e outras alternativas são desenvolvidos" e que "O medo de epidemias associadas a técnicas de produção agrícola intensiva, à biotecnologia, à capacidade nuclear e à (má) utilização das reservas de água pode gerar pressões semelhantes". Neste âmbito é possível que, segundo o autor "As avaliações ambientais deverão tornar-se mais rigorosas e o desempenho ambiental poderá emergir como uma fonte principal de vantagem ou desvantagem competitiva em muitos sectores, desde a produção alimentar aos automóveis eléctricos, até ao investimento ético e às energias renováveis".

Ao debruçar-se sobre a mudança política, F. Shaw chama a atenção para que a Europa se encontrava numa encruzilhada política, havendo comentadores que consideravam que uma moeda única só seria sustentável no longo prazo no contexto de um governo único europeu, com um orçamento federal significativo e com um regime fiscal pan-europeu comum cada vez mais harmonizado. Também o alargamento, abrangendo um conjunto tão diversificado de países, poderia implicar uma Europa a várias velocidades, com diferentes grupos de países liderando diferentes questões, em vez de uma união federal monolítica.

À semelhança do que consta em outros textos, o autor também se refere à reforma das instituições da UE, no sentido de as tornar mais responsáveis democraticamente (no caso do Parlamento Europeu) e mais eficazes (no caso da Comissão Europeia), seria ainda mais urgente para que uma União Europeia alargada fosse vista como um fórum legítimo e efectivo do poder político. F. Shaw frisa ainda que em caso de insucesso económico, alguns dos responsáveis políticos de então poderiam eventualmente ser substituídos por governos de direita, com políticas de mercado radicais, cortes substanciais nas despesas com a segurança social, e talvez também uma abordagem mais nacionalista a questões como a imigração.

Com base nos factores de mudança descritos foram traçados então quatro cenários alternativos para a Europa provável em 2010, que incluem algumas das principais incertezas descritas anteriormente, e dos quais se apresenta abaixo uma breve síntese:

Triângulo Dourado (Crescimento constante, mercados abertos e avanços tecnológicos).

Viver no Limite (Crescimento forte mas muito instável, induzido por avanços tecnológicos vertiginosos e por uma concorrência feroz).

O Último Reduto (Os governos fecham-se em regulamentação e barreiras proteccionistas à medida que a opinião pública se revolta contra uma crescente insegurança e instabilidade económica).

Queda em Espiral (Alterações climáticas em aceleração, conflitos sociais e ruptura económica, e predominio das políticas ambientais).

No quadro seguinte são explicitados mais alguns traços dos quatro cenários em causa.

Cenários	Triângulo Dourado	Viver no Limite	O Último Reduto	Queda em Espiral
----------	-------------------	-----------------	-----------------	------------------

Principais características				
Sociais	Prosperidade e melhoria das migrações populacionais Serviços de combate às carências promovem a harmonia social	Aumento da desigualdade, migração e crime	O Estado providência na UE mantém-se intacto apesar dos seus custos crescentes	Importantes migrações populacionais Fome e receios alimentares
Tecnológicas	Mudanças rápidas induzidas pelas TI, pelas telecomunicações e pela biotecnologia	Mudanças muito rápidas e caóticas	A regulamentação restringe a aceitação das inovações (por ex., a genética)	Os avanços tecnológicos surgem de forma caótica Procura de soluções para a crise
Económicas	Forte crescimento estável e mercados abertos	Liderança global alternada Ciclos de crescimento – recessão acentuados	Crescimento lento mas constante na UE	Turbulência devido a alterações climáticas
Ambientais	Receios infundados	Os receios mantêm-se	Os receios mantêm-se	Graves alterações climáticas semeiam destruição
Políticas	Ordem mundial estável / alargamento da EU	Poder cada vez mais fragmentado na UE	Protecionismo Tensões no seio dos blocos	Predomínio das políticas ambientalistas

Fonte: F. Shaw (2001)

Quanto ao Impacto Sectorial dos Cenários Alternativos e às Implicações sobre a Estratégia das Empresas, F. Shaw identifica quem poderão ser os possíveis vencedores e perdedores por sector, em cada um dos quatro cenários.

Possíveis vencedores e perdedores por sector

Vencedores e Perdedores	Possíveis vencedores	Possíveis perdedores
Cenários		
Triângulo Dourado	Serviços financeiros Sectores de alta tecnologia Meios de comunicação/Serviços de lazer	A indústria pesada, a defesa e os combustíveis fósseis poderão ser perdedores relativos
Viver no Limite	Serviços de alta tecnologia Serviços de baixa tecnologia Seguros / segurança Gestão do risco	Tal como acima, actividades mais sensíveis em termos cíclicos, por exemplo, a construção e o comércio a retalho de produtos não – alimentares
O Último Reduto	Sector público e defesa Lóbis Monopólios em sectores regulamentados	Telecomunicações Biotecnologia Serviços financeiros
Queda em Espiral	Protecção ambiental Tecnologias verdes Saúde	A maioria dos outros sectores, nomeadamente, a agricultura, a água, os seguros e os transportes

Fonte: F. Shaw (2001)

Após ter apresentado as implicações de cada um dos cenários sobre a estratégia das empresas, refere o autor que a característica essencial das grandes ideias estratégicas apresentadas nessa análise é o facto de elas não serem, necessariamente, exclusivas entre si, sugerindo ao contrário, uma abordagem estratégica alargada, assente em quatro elementos chave:

- Alcance global e diversificação geográfica do risco económico;
- Flexibilidade operacional – *small is beautiful* mesmo nas empresas maiores;
- Presença local – evitar barreiras ao comércio e garantir um lugar na discussão das políticas públicas;
- Elevada consciência e investimento ambiental.

Acrescenta ainda F. Shaw que “Muitas empresas europeias podem considerar que já estão no caminho certo para a implementação desta estratégia. Para outras, contudo, os desafios da Nova Europa ainda não foram enfrentados”. Perante tal realidade, este estudo poderia ter constituído, como refere João Abel de Freitas na Nota de Apresentação do estudo, “um significativo e interessante contributo na antecipação do que poderá vir a ser a Europa do Futuro bem como na identificação das oportunidades, riscos e desafios actuais para a construção dessa “Nova” Europa, no contexto da dinâmica da Globalização e no das suas relações com os outros pólos da Tríade”.

Também a Célula de Prospectiva (CdP) da Comissão Europeia, publicou a em 1999, um trabalho de reflexão prospectiva intitulado "Scenarios Europe 2010 Five Possible Futures for Europe".

Segundo V. Correia (s/d), são as seguintes as forças motrizes consideradas pela CdP:

Dinâmica Interna, ou Predominantemente Interna

- ✓ Tecnologia/Organização do trabalho;
- ✓ Cultura/Valores;

- ✓ Política;
- ✓ Administração;
- ✓ Atitudes da população;
- ✓ Instituições da União Europeia;
- ✓ Políticas sociais e de emprego;
- ✓ Outras políticas económicas;
- ✓ Globalização;

Enquadramento Político-Económico Externo

- ✓ Aspectos de segurança regional;
- ✓ Europa Central e do Leste;
- ✓ Zona do Mediterrâneo (Sul da Europa, Norte de África);
- ✓ EUA;
- ✓ Rússia
- ✓ China

Após apresentação das forças motrizes, (factores simultaneamente incertos e com grandes impactos associados, que constituem como que as “molduras” dos “quadros” que são os cenários), conforme clarifica V. Correia, este autor procede à apresentação dos cinco cenários, para 2010, cujos resumos se transcreve abaixo sem alterações.⁹

CENÁRIO Nº 1 - O TRIUNFO DO MERCADO

Aceleração da globalização. Boa cooperação em matéria comercial, (nomeadamente na Tríade).

Negligenciados o longo e o muito longo prazos (pouca segurança, grandes disparidades nos rendimentos e nos níveis de protecção ambiental);

Prosperidade económica (novas tecnologias, alargamento dos leques salariais, ambiente empresarial estável). Possibilidade de acesso aos mercados mundiais por parte das PME's;

Prestes a aderir o 30º membro da UE. Abandono do projecto político inicial (com a ressalva de algumas áreas de cooperação). Os novos membros encaram com cepticismo os desenvolvimentos que podem observar aos níveis social/ambiental. A instabilidade das regiões circunvizinhas propaga-se ao interior da UE.

Sociedades individualistas e fragmentadas. Exclusão de algumas áreas de actuação, bem com de determinados extractos da população. Alastramento da criminalidade e procura de segurança “a qualquer custo”;

Estruturas institucionais flexíveis: acção pública muito descentralizada, importantes discrepâncias em matéria de governação (“governance”) entre regiões ou Estados (ricos/pobres).

⁹ No Anexo I consta um desenvolvimento destes cenários desagregados através das seguintes dimensões: Tecnologia/Organização do Trabalho, Cultura/Valores, Governação (Política, Público em geral, Administração), Instituições Europeias, Políticas dos mercados de emprego e sociais, Outras políticas-económicas, Globalização, Segurança regional, Europa Central e Oriental, Países do Mediterrâneo, EUA, Rússia, e, Ásia.

CENÁRIO Nº 2 - AS CEM FLORES

“Manta de retalhos” de Estados, Cidades, “Feudos”, com legitimidades e respeitabilidades diversas. A maior parte das burocracias nacionais encontram-se à deriva. Governação (governance) minimalista; Sociedade civil activa, mas apenas a nível muito local. Enfraquecimento do império da Lei. Grandes desigualdades regionais. Alguns sinais de um “renascimento” popular; A economia, em parte fora do circuito monetário, foi deixada entregue a uma auto-regulação do tipo Internet. Esbatidas as fronteiras entre actividades económicas legítimas e o “mercado negro”. Contudo, mantém-se o equilíbrio macroeconómico global; Os Estados-membros da UE são 21, e mantêm um relacionamento “difícil”. Acumulam-se as ameaças à débil segurança europeia, não existindo políticas consistentes relativas aos países vizinhos. A globalização encontra-se próxima de um “beco sem saída” estrutural. A cooperação internacional é reduzida. A UE encontra-se cada vez mais incapaz de satisfazer os seus compromissos.

CENÁRIO Nº 3 - RESPONSABILIDADES PARTILHADAS

Confiança, solidariedade, e responsabilidade: Valores compartilhados pela Europa; Nível elevado de protecção social, reduzidas disparidades regionais e na distribuição do rendimento; Bom desempenho da economia Europeia; TIC's ainda em expansão; 28 Estados-membros; em vias de adopção uma decisão respeitante às negociações de adesão da Turquia; mais 12 candidatos em lista de espera; Arquitectura institucional adaptada; a UEM paulatinamente generalizada aos novos membros; relações políticas sólidas com os principais vizinhos. “Um Mundo em vias de contracção”; Lentamente, os países da Tríade vão aprendendo a partilhar o poder; obtido algum progresso em matéria de governação (governance) global, mas é preciso mais; aqui e ali, são adoptados modelos semelhantes ao da União Europeia.

CENÁRIO Nº 4 - SOCIEDADES CRIATIVAS

Sociedades dinâmicas, com 15% das pessoas a viverem de actividades “extra-mercantis”; Dinamismo económico. Uma abordagem renovada dos conceitos de “riqueza” e de “bem-estar”; o potencial de criatividade atrai cada vez mais investimento estrangeiro; Uma política em que sobressai o vector cooperação: A Bruxelas e às capitais dos Estados-membros pede-se, sobretudo, que definam grandes princípios e façam por que sejam acatados, ficando a implementação prática a cargo dos “actores” públicos mais perto do(s) terreno(s) de actuação; 26 Estados-membros; Tanto o Mercado Único como a UEM funcionam; Continua ainda a ser discutida a União Política, mas verifica-se uma grande pressão, tanto interna como externa, no sentido da sua efectivação e consolidação; Cada vez mais a economia mundial se encontra regionalizada; Faz-se sentir a necessidade duma maior cooperação internacional relativa às questões globais.

CENÁRIO Nº 5 - VIZINHOS TURBULENTOS

Renovada importância dos Estados na governação (tornada legítima pelo seu papel-chave na manutenção da ordem);

Sociedades passivas, com uma fé renovada nos mecanismos da democracia representativa e apreciadoras de uma democracia “musculada”;

Desempenho económico bastante medíocre;

Alargamento beneficiando os 5 últimos candidatos da Europa Central e Oriental mais próximos de concluir as negociações. Continuam em funcionamento, tanto o Mercado Único como a UEM; Políticas firmes, embora destituídas de carácter preventivo, em relação aos vizinhos;

O Mundo encontra-se cada vez mais fragmentado em blocos regionais e áreas de influência.

DISCUSSÃO, CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal como para o nível global os futuros prováveis para a União Europeia no horizonte 2020-2030 apresentam múltiplas facetas, umas mais favoráveis e outras menos favoráveis, consubstanciadas por exemplo nos três seguintes cenários: Cenário 1: recuperação sustentável, Cenário 2: recuperação lenta Cenário 3: década perdida

Neste quadro, a opinião de uma amostra da população dos Estados-Membros traduzem-se nos seguintes resultados: Acerca das expectativas sobre a União Europeia em 2030, 55% declararam-se Bastante optimistas, no entanto 32% consideram que, quando comparada com a vida de hoje, a vida dos cidadãos europeus será Mais difícil em 2030 e, 56% pensam que em 2030 a EU "... terá, com o euro, uma moeda mais forte que o dólar." e que "... será uma potência diplomática líder no mundo."

Já as opiniões expressas pelos 23 respondentes inquiridos no âmbito do estudo Os nossos mundos em 2020-2030 revelam que a UE nesta data poderá apresentar-se como equilibrada na dimensão Político-Legal e na dimensão Sociocultural, e, ambivalente (com uma predominância na sua vertente gravosa), para a dimensão Económica e Condições de subsistência / Nível de vida.

Subjacente a este panorama encontram-se os desafios com que se debate a União Europeia e que são em traços gerais os seguintes: i) Sustentabilidade do modelo social, ii) Imigração ilegal e política efectiva de integração dos imigrantes, iii) envelhecimento populacional, iv) Alterações climáticas, v) Energia, vi) Luta contra o terrorismo, v) Fuga de cérebros, vi) Concorrência das economias emergentes (Brasil, Rússia, China e África do Sul), e vii) Identidade da União Europeia.

BIBLIOGRAFIA

Com autor referenciado

AGUIAR, Ricardo (2010). *Cenários socioeconómicos de longo prazo para o município de Cascais*, Lisboa, LNEG

http://www.ricardoaguiar.info/refs_SE_scenarios/PECAC%20-%20Relatorio%20Cenarios%20Socioeconomicos%20Cascais.pdf

ALVARENGA, António (2006). *European Union 2015: from a systemic view to scenarios*, Conferência organizada pelo Future Management e pelo Euroforum, Munique

<http://pt.scribd.com/doc/4032037/EU2015-from-a-systemic-view-to-scenarios-Antonio-Alvarenga>

AZEVEDO, Fátima (2008). “Estratégia - Quatro Visões Territoriais para a Europa (Energia versus Alimentos)”, *Cenários: Tendências e Futuros na Economia Global*, nº 10

http://www.dpp.pt/pages/files/cenarios_10.pdf

COMISSÃO EUROPEIA (2008). *12 desafios que marcam o futuro da Europa*, s.l., s.e.

<http://www.princesaeuropa.blogspot.com/>

COMISSÃO EUROPEIA (2010). *Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo* [COM(2010) 2020 final], Bruxelas, CE

http://www.umic.pt/images/stories/publicacoes3/UE2020_COM_final.pdf

CORREIA, Vítor (s/d). *2010 – Cinco Cenários para a Europa: uma reflexão da célula de Prospectiva da Comissão Europeia*,

http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_1999_I_IV.pdf

FIGUEIREDO, Ilida (2010). “União Europeia e economia portuguesa”, *Avante*, nº. 1.891, do 25 de Fevereiro.

<http://www.galizacig.com/avantar/opinion/26-2-2010/uniao-europeia-e-economia-portuguesa>

GRUPO DE REFLEXÃO SOBRE O FUTURO DA UE 2030 (2010). *Projecto Europa 2030: Desafios e Oportunidades - Relatório ao Conselho Europeu do Grupo de Reflexão sobre o Futuro da UE 2030*, Estugarda, U.E.

<http://www.reflectiongroup.eu/wp-content/uploads/2010/06/project-europe-2030-pt.pdf>

GUERSON, Marissa (2010). *Os desafios atuais da União Européia: discutindo o processo de integração europeu em questões identitárias*, Belo Horizonte, Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBH

<http://unibhri.files.wordpress.com/2010/12/marissa-guerson-os-desafios-atuais-da-unic3a3o-europec3a9ia-discutindo-o-processo-de-integrac3a7c3a3o-europeu-em-questc3b5es-identitc3a1rias.pdf>

LEAL, Ana Catarina Mendes (2003). “Europa e o comércio internacional no séc. XXI: Cinco cenários”, *Informação Internacional*, Departamento de Prospectiva e Planeamento

http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2003_II_IV.pdf

RIBEIRO, José Manuel Félix et al. (2003). “A União Europeia face ao(s) seu(s) futuro(s): Um exercício de prospectiva a dez anos”, *Série “Prospectiva – Métodos e Aplicações”*, Nº 5

<http://www.dpp.pt/pages/files/ue.pdf>

SHAW, Frank (2001). *A nova Europa em 2010: Quatro Cenários*, Lisboa, GEPE

<http://www.gee.min-economia.pt/aaaDefault.aspx?f=1&back=1&codigono=69756978AAAAAAAAAAAAAAA>

UNIÃO EUROPEIA (2010). *Projecto Europa 2030: Relatório ao Conselho Europeu do Grupo de Reflexão sobre o Futuro da UE 2030. Desafios e Oportunidades*, Estugarda. U.E.

http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/pt_web.pdf

REDE EUROPEIA DE IDEIAS (2007). *O Mundo em 2025: A resposta que a União Europeia tem de dar*, s.l., REI

http://www.europeanideasnetwork.com/files/2025_pt.pdf

Sem autor referenciado

En 2020 se habrán multiplicado por dos los empleos en energía eólica

<http://www.elmundo.es/elmundo/2009/01/21/ciencia/1232532536.html>

Sites consultados

Comissão Europeia - Europe 2020

http://ec.europa.eu/eu2020/index_en.htm

Portal do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

www.eurocid.pt

Portal da Estratégia de Lisboa

<http://www.estrategiadelisboa.pt/default.aspx?site=estrategiadelisboa>

ANEXOS

Anexo I – Especificação dos cinco cenários traçados em 1999 para 2010

Anexo II – O Manifesto dos Economistas Consternados

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DOS CINCO CENÁRIOS TRAÇADOS EM 1999 PARA 2010

	O Triunfo do Mercado	As cem flores	Responsabilidades Partilhadas	Sociedades Criativas	Turbulência na Vizinhança
Tecnologia / Organização do Trabalho	“3 ^ª Revolução Industrial” acompanhada por uma explosão do espírito empresarial (“empresas virtuais”). Liderança indisputada do modelo americano de inovação tecnológica e organização empresarial (privilegiados os detentores.)	Tendência para a diminuição do crescimento económico. Restringida a utilização certas tecnologias – por ex., as biotecnologias – devido à oposição da opinião pública. Decadência das grandes organizações e explosão de operações (tele) unipessoais e de redes informais.	“3 ^ª Revolução Industrial” facilitada por políticas para a reorientação das tecnologias no sentido do utilizador (parcerias públicoprivadas). Modelo de empresa <i>stakeholder</i> , e flexibilidade em que todos ganham.	Tendência para o decréscimo do crescimento económico. Grande impulso para o desenvolvimento de tecnologias de formação profissional, bem como de tecnologias “verdes” Desincentivado o investimento privado em determinadas tecnologias como, por exemplo, as bio-tecnologias. Reorganização das empresas em torno de imperativos democrático / igualitários	Acentuada tendência para o “abrandamento” da actividade económica. Cada vez mais a Europa se encontra em desvantagem na competição mundial, designadamente nos sectores de alta tecnologia. Ocorrem interferências políticas nas reorganizações das grandes empresas.
Cultura/ Valores	Grande ênfase na auto-confiança. Sentimento de insegurança generalizado. Residual, a solidariedade familiar. Materialismo e consumismo. Demonização da inactividade e aceitação da exclusão social.	Crença na solidariedade intervizinhos e na auto-ajuda local; particularmente activas as mulheres. O trabalho remunerado em dinheiro perde terreno. Anticonsumismo e ascenso do <i>faça você-mesmo</i> , mantendo-se o entusiasmo pelas TIC. Valores “verdes”.	Renascimento de uma consciência social/ecológica “revolucionária”. Valores básicos: responsabilidade e solidariedade cívica. Generalizada a tolerância face à “diferença”. Uma certa “correcção política”.	Consciência social/ecológica “revolucionária”. Reacção contra as estruturas enformadas pela “racionalidade económica”. Encorajada a criatividade popular.	Aumenta a falta de gosto pelo risco. Medo do futuro. Intolerância do tipo “retorno às raízes”, incluindo recuos no recém-adquirido estatuto social das mulheres. Racismo latente. Preocupações com a segurança individual, económica e mesmo física (criminalidade urbana, mafias, guerras a desenrolar-se relativamente perto).

Governação:					
-Política	Nova elite política vs. burocracia e sindicatos. Regiões vs. autoridades centrais (nacionais ou transnacionais). “Desigualdades ao nível da governação” conforme as localidades e os grupos sociais. Importância dos grupos de pressão e da comunicação social privada. Políticas de “lei e ordem”.	Regiões e localidades contra os governos centrais (nova Idade Média de Cidades-Estados. Crise dos grandes aparelhos burocráticos e dos Estados-Nação. Aparição de novos Estados.	“Novos políticos” vs “Burocratas antiquados”. Iniciativa europeia para a reforma dos sectores públicos em 2001, ou a subsidiariedade a todos os níveis (“Cartas Europeias” regulando as relações UE – Estados e Estados-Regiões.	Levantamentos populares violentos, em determinados países, desencadeados pelos planos, coordenados ao nível europeu, para operar cortes na proteção social. Fóruns de âmbito europeu (Agoras) para discussão do futuro das sociedades europeias. Crise dos Estados-nação, e respectiva reforma em torno de prioridades sócio-ecológicas.	Os maiores Estados-Nação capitalizam as ameaças à segurança individual com o fim de repor a “autoridade do Estado”. Políticas de “lei e ordem”. Deslizar do centro de gravidade político para um populismo de extrema-direita (“Fortaleza Europa”). Relegitimação do Estado.
-Público em geral	Distanciação das pessoas face à vida pública. Descrença na acção colectiva. Sucesso das ONG's unitemáticas.	Participação ao nível local, apatia aos níveis nacional e europeu, sobretudo nos Estados de maior dimensão. Desconfiança face ao governo e às grandes empresas, <i>media</i> incluídos: desobediência civil, evasão fiscal, boicotes, abstenção eleitoral.	Uma minoria importante de cidadãos “activos” condiciona as vidas pública e comunitária. Obtido um amplo consenso acerca da reforma dos sectores públicos e das instituições sociais.	Seguindo-se a um período de grande agitação social, participação crescente na vida política e da comunidade. Importância dos “empresários sociais”, ligados em rede por toda a Europa.	Passividade no plano político e apoio difuso do autoritarismo. Os <i>media</i> encorajam o receio da diferença.
-Administração	“Emagrecimento” do sector público. Fornecimento dos serviços públicos por entidades especializadas. Apropriação, pelo sector privado, de funções tradicionalmente públicas.	A maior parte das Administrações nacionais mostra-se incapaz de se auto-reformar. Crescente irrelevância das burocracias. Funções de interesse público levadas a cabo por associações e outras organizações de cidadãos.	Reformas dos sectores públicos de acordo com os seguintes princípios: descentralização, transparência, responsabilidade e subsidiariedade; papel crescente das instâncias de avaliação e controle das regulamentações e respectiva aplicação, em detrimento dos Ministérios tradicionais.	Interpenetração dos sectores público e não-lucrativo, com ONG's muito activas no fornecimento de determinados serviços públicos (educação, formação profissional, assistência aos mais pobres).	Diminuição do escopo da reforma dos sectores públicos. A segurança prevalece, face à transparência; a flexibilização é desencorajada pelo centralismo. Obsolescência dos serviços públicos.

Instituições Europeias	Reforma institucional minimalista. Enfraquecimento das políticas comuns: “Nacionalização” da PAC, grandes cortes nos fundos estruturais, regressão para uma espécie de EFTA. A Comissão fica reduzida à Alta autoridade para o Mercado Único. Alargamento a 10 países da Europa Central e Oriental, a Chipre e a Malta (2005-2008), e à Turquia (depois de 2007).	Não há reforma institucional (aumento do número de Comissários). Enfraquecimento das políticas comunitárias (redução da PAC à expressão mais simples), devido à ausência de um enquadramento orçamental estável. Tendência para um estado de adesão fluida, ou mesmo para o abandono da U.E. (dadas as resistências das regiões mais ricas). Alargamento a quatro países da Europa Central e do Leste, cerca de 2006 e congelamento dos restantes processos de adesão.	Reforma das instituições inicialmente limitada. Alargamento extensivo a dez países da Europa Central e Oriental, ao espaço EFTA e a Chipre, no período entre 2004 e 2009. A partir de 2005, continuação da reforma das instituições: reforço das novas políticas comuns (externa e de segurança, de justiça e de administração interna); descentralização da respectiva implementação, reforço do orçamento comunitário, reforma do Conselho com base no princípio da colegialidade, e substituição do CES13 por “comissões populares europeias”.	Limitada reforma das instituições. O alargamento apenas é extensivo, em 2008, a cinco países da Europa Central e Oriental, a Chipre e a Malta, enquanto os restantes processos se vão arrastando. Grande desenvolvimento das políticas sociais e ambientais. Políticas Comuns de Justiça e Administração Interna.	Reforma das instituições de início limitada; posteriormente, ocorrem mais reformas, depois das “Guerras da Sede”, em 2003-04: Criado o “Conselho de Segurança Europeu”, sendo membros permanentes a Alemanha, a França, a Itália e o Reino Unido, aos quais se juntam, seguindo um mecanismo de rotatividade, mais dois Estados membros. Política comum de fronteiras (Bordeurop) e de serviços secretos (Eurosec); redução dos poderes da Comissão e do Tribunal Europeu. Abordagem das questões segundo uma lógica intergovernamental. Alargamento extensivo a cinco países da Europa Central e Oriental; continuando os restantes processos a arrastar-se.
-------------------------------	---	--	--	---	---

Políticas dos mercados de Emprego e sociais.	<p>Desregulamentação e individualização das relações dentro das empresas. Declínio terminal dos sindicatos. “Encolhimento” das “redes de segurança” (generalizadas as inspecções aos meios de subsistência) e privatização dos serviços sociais (expansão dos esquemas privados de segurança social e de cuidados médicos).</p>	<p>Flexibilidade “gerida” em alguns países (“corporativismo competitivo”), flexibilidade informal noutros países (desvinculação implícita das entidades patronais). Incremento generalizado do trabalho nocturno e da “economia informal”. Difusão da troca directa de bens, serviços, e competências (especialmente nos sectores economicamente marginais).</p>	<p>“Corporativismo competitivo”: o alcance dos sindicatos estende-se para além dos respectivos “núcleos duros”, chegando a abranger não-trabalhadores; o patronato renuncia ao tratamento individualizado das relações laborais; os governos implementam reformas nos mercados de trabalho e dos Estados-Providência: (subsídios de emprego(?)) e contas individuais de segurança social). Pactos locais de confiança e emprego.</p>	<p>“Corporativismo verde”, concedendo um importante papel ao sector não-lucrativo. Reformas dos mercados de trabalho e dos Estados-Providência: flexibilização limitada da legislação laboral (em particular nos sectores públicos); adoptado o princípio das “biografias profissionais flexíveis”, com “créditos” acumuláveis se provindos da economia social ou do cuidar de crianças; o sistema de “vouchers” é ampliado, também, com a finalidade de promover o consumo cultural.</p>	<p>Reformas mitigadas dos mercados de trabalho e dos Estados-Providência.. Desregulamentação desequilibrada e mercados de trabalho “dualizados”: os “de dentro” vs. os “de fora”. Verifica-se uma tendência crescente para a privatização dos serviços sociais, no caso dos estratos populacionais mais favorecidos. As políticas de imigração tornam-se mais estritas, ao mesmo tempo que se verificam medidas de assimilação forçada.</p>
Outras políticas - Económicas	<p>Redução dos impostos e das despesas públicas. Funcionamento da União Económica e Monetária, mas sem ser necessária uma grande coordenação das políticas. Políticas industriais minimalistas, visando sobretudo as PME's e a I&D.</p>	<p>Consegue-se um mínimo de estabilidade macroeconómica, mas o alcance das políticas económicas ressente-se de falta de consenso. Coordenação mínima das políticas económicas europeias, e a União Económica e Monetária não passa a incluir novos membros. Negligenciado o investimento público, e os mercados ressentem-se da não aplicação da regulamentação.</p>	<p>A UEM a funcionar no quadro de uma intensificação da coordenação das políticas: estabelecidos, ao nível da União Europeia, um mecanismo anti-cíclico e regras de taxação dos factores móveis. Coordenação acrescida das políticas educacionais e de I&D, dirigidas para a aprendizagem das TIC.</p>	<p>O funcionamento da UEM é perturbado pelo clima político (recessão profunda, instabilidade orçamental, fuga de capitais); mas ocorre a sua posterior consolidação, com a introdução de um mecanismo anti-cíclico. Aumento do grau de controle político do Banco Central Europeu. Protecionismo financeiro por parte da União Europeia. Reforma “verde” dos sistemas de contas nacionais. Fiscalidade privilegiadora do ambiente e do factor trabalho. Grandes incentivos ao sector social da economia.</p>	<p>As políticas económicas são condicionadas por preocupações com a segurança (despesas militares, proteção de sectores estratégicos). A UEM funciona, mas sob uma apertada supervisão política; diminui a independência do BCE; o pacto de estabilidade é “contornado”; a UEM não se estende aos novos Estados-membros. O Mercado Único é posto em causa pela reafirmação de políticas industriais nacionais.</p>

Globalização	<p>Cada vez maior liberdade de comércio e investimento (importância crescente do imaterial). Remoção completa das barreiras ao comércio, (incluindo as restrições não tarifárias) prevista para 2025 – A “Ronda Planetário”. As questões não-económicas (criminalidade, ambiente) objecto de atenção insuficiente. Desigualdades crescentes.</p>	<p>A globalização progride por inércia. A cooperação multilateral dissocia-se da globalização provocada pelo desenvolvimento tecnológico. Nas áreas económicas, prevalece a auto regulação, enquanto noutras (criminalidade, ambiente) existe o risco do caos. As ONG's nascem como cogumelos, preenchendo os vazios de governação.</p>	<p>Os processos de globalização e regionalização avançam a par. Iniciativas, lideradas pela União Europeia, no sentido de uma maior coordenação internacional em áreas económicas e nãoeconómicas (desenvolvimento, criminalidade, ambiente). A sociedade civil global emergente é cada vez mais integrada em instituições internacionais.</p>	<p>Abrandamento na globalização, politicamente provocado. Recuo face às multinacionais, sobretudo na Europa. Protecionismo “social” e “verde” por parte da União Europeia. Papel chave das ONG's na obtenção de consensos inter-regionais.</p>	<p>Abrandamento da globalização. Tanto o comércio mundial como a política internacional se encontram crescentemente organizados em torno de blocos regionais. As falhas da ordem económica mundial, designadamente em matéria de desenvolvimento e do sistema financeiro</p>
Segurança Regional	<p>O comércio livre e a integração “servem de cola” aos países do Continente. A ausência de políticas com determinação destinadas a colmatar a insegurança crescente torna-se um problema depois de 2010 .</p>	<p>A fragmentação e erosão das estruturas estabelecidas dão lugar à generalização do crime organizado e das tensões étnicas. Explosões locais de violência.</p>	<p>O alargamento faz-se acompanhar por uma política eficaz de vizinhança, baseada em “parcerias” com os países vizinhos; melhoramentos na segurança regional</p>	<p>Dado o “ensimesmamento” que caracterizou o período revolucionário, a UE é confrontada com a insegurança regional. Acaba por não conseguir gizar uma estratégia consequente, uma vez que as pressões para enfrentar os problemas sociais e ambientais surgem associadas a políticas de restrições fronteiriças.</p>	<p>A minimização inicial dos cada vez maiores problemas de segurança no espaço envolvente da UE acaba por forçar os Estados membros a empreender ações militares “musculadas” a fim de repor a paz</p>

Europa central e Oriental	<p>Um alargamento “rápido e sem critério” desencadeia a questão do não cumprimento das regras. Alguns desses novos membros “emergem” como “tigres económicos”. Não existem grandes conflitos, e a política de segurança da UE brilha pela ausência, implicando como consequência a ameaça do crime organizado.</p>	<p>O alargamento está bloqueado “a meio caminho”, o que vem agravar a instabilidade política e económica. Poderão crescente do crime organizado e ameaças de conflitos étnicos/ecológicos. As políticas fronteiriças da União Europeia mostram-se insuficientes, o que fica a dever-se a desacordos entre a Alemanha e a França.</p>	<p>Alargamento gradual, feito acompanhar por sólidas políticas de vizinhança. Desenvolvimento de um “guarda-chuva” de segurança pan-Europeu, com vista à resolução de questões de segurança não-militar. Desenvolvimento sócioeconómico positivo da região.</p>	<p>Esfriamento nas relações com os países da Europa Central e Oriental, devido à revolução “vermelho verde”. Aqueles países dão mostras de uma certa incompreensão das prioridades sócio-ambientais da UE, ao mesmo tempo que se faz sentir a falta de uma política de vizinhança.</p>	<p>“Guerras da sede”: Profundo envolvimento militar da UE, liderada pelos grandes Estados membros. Instabilidade persistente para além das fronteiras da UE. O caos submerge parte da Europa Oriental. Problemas graves decorrentes do crime organizado, do terrorismo e da imigração.</p>
Países do Mediterrâneo	<p>Zona de comércio livre mediterrânicas. O crescimento económico apenas ‘cobre’ em parte os problemas demográficos e ambientais.</p>	<p>A situação económico-social piora. Ascenso do fundamentalismo islâmico e de regimes autoritários. Faltam políticas de vizinhança por parte da União Europeia, uma vez mais por desacordos do eixo franco-alemão. Não se concede importância de maior à degradação do ambiente.</p>	<p>A situação económico-social a melhorar gradualmente. Reforço da cooperação económica e política entre a UE e os países do Mediterrâneo (OCOMED). Registam-se progressos nos processos de democratização.</p>	<p>A situação económico-social degrada-se. Ascenso de regimes autoritários e do fundamentalismo islâmico. Ausência de políticas de vizinhança por parte da UE, ao passo que, relativamente a esta, as pressões migratórias intensificam-se rapidamente.</p>	<p>Risco de explosão económica e social. “Espiral viciosa” de terrorismo dos fundamentalistas islâmicos e da respectiva repressão militar. Tentativa, abortada, de estabelecimento de uma parceria UE/Med. Em simultâneo com pressões migratórias crescentes, o fecho das fronteiras conduz a taxas elevadas de imigração ilegal, tendo a U.E. como destino.</p>

EUA	Excelente desempenho económico, assim como liderança global indisputada. “Pivot” permanente de uma rede de alianças militares centradas na NATO, mas diminui a necessidade de envolvimento militar.	Desempenho económico segundo as tendências de longo prazo. Envolvimento político-militar diminuto, assim como diminui o interesse económico pela Europa. A abordagem de questões globais é selectiva, e são privilegiadas as relações com a China e a América Latina.	Dinamismo económico continuado. Menor envolvimento político, assim como conflitos ocasionais, com uma Europa mais afirmativa. Lentamente, vai-se impondo uma abordagem multilateral das relações internacionais.	Desempenho económico de acordo com as tendências de longo prazo. Oposição crescente, no plano interno, à globalização. Concentração em torno dos problemas domésticos e comprometimento decrescente com o resto do mundo. Tensões com a U.E. relativamente aos regimes internacionais (do comércio, financeiros e ambientais). Relações privilegiadas com a América Latina e com a Ásia.	Desempenho económico abaixo das tendências de longo prazo. Crescente isolacionismo. Concentração nos Continentes e Subcontinentes americanos (Zona de Comércio Livre Pan-Americana). Retirada dos seus militares da Europa.
Rússia	Estabilização política gradual e recuperação económica. Reforçadas as relações bilaterais com os EUA (acordada a “OSCeização” da NATO). Relacionamento mais intenso com a China e com os Novos Estados Industrializados.	“Salve-se quem puder” e introversão. Poder crescente das regiões. Alheamento e/ou tensão com a UE, bem como reforço das relações bilaterais com os EUA.	Estabilização política e recuperação económica. Relações bilaterais com a UE reforçadas (Acordo de comércio livre UE – Rússia).	Confusão político-económica persistente. Desavenças com uma UE “introspectiva”.	Desintegração política e económica crescente. “Estrangulamento” operado pelo crime organizado. Envolvimento em conflitos regionais.
Ásia	Transição económica bem sucedida, segundo o paradigma da economia de mercado. Crescimento económico da China, conduzindo a assimetrias regionais crescentes e a um enfraquecimento do poder central. A supremacia económica do Japão desvanece-se, relegando-o para um papel regional secundário.	Transição económica desequilibrada. Cada vez é maior a diferença dos desempenhos económicos no Sudeste asiático. A China evolui na direcção de uma confederação fluida, com assimetrias regionais crescentes. O papel político e económico do Japão encontra-se em vias de enfraquecer.	Transição económica bem sucedida, mas acompanhada de uma certa “recentragem” sobre si própria. Reforço das organizações regionais, sob a égide da China, que se encontra, por seu turno, cada vez mais envolvida na cooperação global. Recuperação económica no Japão (devida a ambiciosa e profunda reforma) enquanto o seu papel político continua apagado.	Transição económica dificultada por uma recessão a nível mundial. Continuação da crise japonesa, o que conduz a uma aceitação parcial da revolução “vermelho verde” Europeia. As ambições chinesas de tornar a China numa potência mundial saem frustradas pelas dificuldades económicas	Transição económica difícil, dado o “arrefecimento” económico mundial e o, cada vez mais intenso, protecionismo. Rivalidades entre a China e o Japão. Conflitos regionais

Fonte: V. Correia (s/d)

ANEXO II – O MANIFESTO DOS ECONOMISTAS CONSTERNADOS

Crise e dívida na Europa: 10 falsas evidências, 22 medidas em debate para sair do impasse

Falsa Evidência # 1: os mercados financeiros são eficientes.

A crise encarregou-se de demonstrar que os mercados não são eficientes, que não permitem a alocação eficiente de capital. A competição financeira não produz necessariamente os preços justos. Pior, a competição é muitas vezes causa de desestabilização financeira e leva a evoluções de preços excessivas e irrationais (“bolhas financeiras”).

Para reduzir a ineficiência e a instabilidade dos mercados financeiros, sugerimos quatro medidas:

Medida 1: compartimentar estritamente os mercados financeiros e as actividades dos agentes financeiros, proibir os bancos de especular por conta própria, para evitar a propagação de bolhas e craches.

Medida 2: Reduzir a liquidez e a especulação desestabilizadora com controlo dos movimentos de capitais e taxas sobre operações financeiras.

Medida 3: Restringir as operações financeiras às que se prendem com necessidades da economia real (por exemplo, CDS apenas aos detentores de títulos segurados, etc.).

Medida 4: Plafonamento das remunerações dos *traders*.

Falsa Evidência # 2: os mercados financeiros são favoráveis ao crescimento económico.

Hoje em dia, globalmente, são as empresas que financiam os accionistas, e não o contrário. A ideia de um interesse comum das diferentes partes envolvidas na empresa desapareceu. Impôs-se uma nova concepção da empresa e da sua gestão, pensados como estando ao serviço exclusivo dos accionistas. As exigências de rentabilidade inibem fortemente o investimento: quanto maior o retorno exigido, maior é difícil encontrar projectos para o satisfazer. A forma de remuneração dos administradores faz com que os seus interesses sejam os mesmos dos accionistas.

Para remediar os efeitos negativos dos mercados financeiros sobre a actividade económica colocamos a debate três medidas:

Medida 5: Reforçar significativamente o equilíbrio de poderes dentro das empresas para forçar a administração a tomar em conta todos os interesses participantes.

Medida 6: Aumentar significativamente os impostos sobre os rendimentos muito elevados para desencorajar a corrida aos rendimentos insustentáveis.

Medida 7: Reduzir a dependência das empresas face aos mercados financeiros, pelo desenvolvimento de uma política pública de crédito (taxas preferenciais para actividades prioritárias na área social e ambiental).

Falsa Evidência # 3: os mercados são bons juízes da solvabilidade dos Estados.

Segundo os defensores da ideia de que os mercados de capitais são eficientes, os participantes do mercado têm em conta a situação objectiva das finanças públicas ao avaliar o risco de comprar um título de dívida pública. Este erro de avaliação resulta da incomprensão da verdadeira natureza da avaliação pelo mercado financeiro, que frequentemente produz preços totalmente dissociados dos fundamentais. Um título financeiro é um direito sobre rendimentos futuros: para o avaliar é preciso prever o que será o futuro. Não há nenhuma razão para os operadores nas salas de mercado serem bons nesse exercício. Além do mais, a avaliação financeira não é neutra. Baixar as notações de um Estado contribui para aumentar as taxas de juro sobre a dívida desse Estado, constituindo-se como fonte de lucros especulativos, ao mesmo tempo que pioram o cenário que estão a avaliar.

Para reduzir a influência da psicologia de mercado no financiamento do Estado, colocamos a debate duas medidas:

Medida 8: A actividade das agências de notação financeira deve ser regulada no sentido de reduzir a

arbitrariedade: a notação deve resultar de um cálculo económico transparente.

Medida 8bis: O BCE, com a compra de títulos públicos, deve proteger os Estados dos mercados financeiros.

Falsa Evidência # 4: o aumento da dívida pública resulta de um excesso de despesa.

A visão propagada pela maioria dos comentadores é a de um Estado que se endivida como um pai alcoólico que bebe o que tem e o que não tem. Contudo, a recente explosão da dívida pública na Europa e no mundo é devida a outra coisa: aos planos de resgate do mercado financeiro e, sobretudo, à recessão causada pela crise bancária e financeira, que começou em 2008. O déficit público médio na zona euro era de apenas 0,6% do PIB em 2007, mas a crise financeira aumentou-o para 7% em 2010. A dívida pública aumentou, ao mesmo tempo, de 66% para 84% do PIB.

Para restaurar um debate público informado sobre a origem da dívida e, portanto, os meios para superá-la, propomos:

Medida 9: Realizar uma iniciativa cidadã de auditoria pública da dívida do Estado, para determinar a sua origem, bem como conhecer a identidade dos principais detentores de títulos de dívida e os montantes detidos.

Falsa Evidência # 5: é preciso reduzir as despesas para reduzir a dívida pública.

Embora o aumento da dívida pública resulte em parte do aumento da despesa pública, cortar na despesa não é necessariamente contribuir para a solução. Porque a dinâmica da dívida pública pouco tem a ver com a de uma economia doméstica. A dinâmica da dívida depende de vários factores: o nível dos déficits primários, mas também da diferença entre as taxas de juros e a taxa de crescimento nominal da economia. Pois, se esta for menor do que a taxa de juros, a dívida vai aumentar mecanicamente apenas pelo efeito "bola de neve": o montante dos juros explode, e o déficit total (incluindo juros de dívida) também. Mas a taxa de crescimento da própria economia não é independente da despesa pública. Se a redução do défice afunda a actividade económica, a dívida aumentará ainda mais. O que, obviamente, esquecem os adeptos do ajustamento estrutural europeu é que os países europeus são os principais clientes e concorrentes de outros países europeus; a redução simultânea e massiva das despesas públicas do conjunto dos países da UE só pode ter como efeito uma recessão e novo agravamento da dívida.

Para evitar que o esforço de recuperação das finanças públicas resulte num desastre social e político, colocamos a debate duas medidas:

Medida 10: Manter, ou melhorar, o nível de protecção social.

Medida 11: Aumentar o esforço orçamental em educação, investigação, reconversão ambiental, ..., para estabelecer as condições para um crescimento sustentável, permitindo uma queda acentuada do desemprego.

Falsa Evidência # 6: a dívida pública atira o custo dos nossos excessos para os nossos netos.

É uma outra declaração enganosa, que confunde economia doméstica e macroeconomia: a dívida seria uma transferência de riqueza em detrimento das gerações futuras. A dívida pública é um mecanismo de transferência de riqueza, mas sim da maior parte dos contribuintes comuns para os que vivem de rendas. O aumento da dívida pública na Europa ou nos E.U.A. não é o resultado de políticas expansionistas ou políticas sociais dispendiosas, mas antes de políticas a favor das classes privilegiadas: as baixas de impostos aumentam o rendimento disponível dos que menos precisam, que assim podem aumentar os seus investimentos (nomeadamente em títulos do Tesouro), cujos juros são pagos pelos impostos cobrados sobre todos os contribuintes. Trata-se de um mecanismo de redistribuição ao contrário, das classes mais baixas para as classes superiores, através da dívida pública.

Para recuperar as finanças públicas de forma equitativa, pomos a debate duas medidas:

Medida 12: Voltar a dar um carácter fortemente redistributivo à fiscalidade directa sobre o rendimento (supressão de nichos, criação de novos escalões, aumento das taxas...);

Medida 13: Eliminar as isenções concedidas às empresas sem efeito suficiente em matéria de emprego.

Falsa Evidência # 7: devemos tranquilizar os mercados financeiros para poder financiar a dívida pública.

Resultado de uma escolha doutrinária, o Banco Central Europeu não tem o direito de subscrever directamente títulos de dívida pública dos Estados europeus. Privados da segurança que assim poderiam obter, os países do Sul foram vítimas de ataques especulativos. É certo que, nos últimos meses, o BCE compra obrigações a taxas de juro de mercado para aliviar as tensões no mercado, mas nada diz que isto será suficiente se a crise piorar e as taxas de juro de mercado aumentarem.

Com vista a resolver o problema da dívida, pombos a debate duas medidas:

Medida 14: Autorizar o BCE a financiar directamente os Estados (ou exigir que os bancos comerciais subscrevem emissões de títulos públicos) com baixas taxas de juros, afrouxando assim o espartilho com que os mercados financeiros os apertam.

Medida 15: Se necessário, reestruturar a dívida pública, por exemplo, limitando o serviço da dívida pública a uma determinada % do PIB, e discriminando entre os credores segundo o volume de acções que possuem. Há também que renegociar as taxas de juros exorbitantes dos títulos emitidos por países em dificuldades durante a crise.

Falsa Evidência # 8: a União Europeia defende o modelo social europeu.

A construção europeia aparece como uma experiência ambígua. Duas visões da Europa coexistem, sem ousarem uma confrontação aberta. Para os social-democratas [socialistas], a Europa deveria ter o objectivo de promover o modelo social europeu, fruto do compromisso social do pós-Segunda Guerra Mundial, com a protecção social, os serviços públicos e as políticas industriais. A Europa deveria ter defendido uma visão própria da organização da economia mundial, a globalização regulada por organismos de governança global. Entretanto, a visão que prevalece, em Bruxelas e na maioria dos governos nacionais, é a de uma Europa liberal: a integração europeia é uma oportunidade para minar o modelo social europeu e desregulamentar a economia. Longe de se limitar ao mercado interno, a liberdade de circulação de capitais concedida aos investidores no mundo inteiro tem submetido o tecido produtivo europeu aos constrangimentos de valorização do capital internacional. A organização da política macroeconómica (independência do BCE face às instâncias políticas, o Pacto de Estabilidade) é marcada pela desconfiança face aos governos democraticamente eleitos. Nenhuma política conjuntural comum é implementada ao nível da zona, nenhum objectivo comum é definido em termos de crescimento e emprego. As diferenças de situação entre países não são tidas em conta.

Para que a Europa possa verdadeiramente promover um modelo social europeu, pombos a debate duas medidas:

Medida 16: Voltar a questionar a livre circulação de capitais e mercadorias entre a UE e o resto do mundo, se necessário através da negociação de acordos bilaterais ou multilaterais;

Medida 17: Em vez da política de concorrência, fazer da “harmonização no progresso” o fio condutor da construção europeia. Estabelecer metas comuns com carácter obrigatório em matéria de progresso social, tal como existem em matéria macroeconómica.

Falsa Evidência # 9: o euro é um escudo contra a crise.

O euro deveria ter sido um factor de protecção contra a crise financeira mundial. De facto, a eliminação de incerteza nas taxas de câmbio entre moedas europeias afastou um dos principais factores de instabilidade. No entanto, as coisas não se passaram bem assim: a Europa foi mais duradoura e mais duramente afectada pela crise do que o resto do mundo – e isso deve-se às próprias modalidades de construção da união monetária. A política económica da zona euro, que tende a impor políticas macroeconómicas similares a países em diferentes situações, aprofundou as disparidades de crescimento entre os Estados-Membros. A rigidez monetária e orçamental, reforçada pelo euro, permitiu fazer recuar o ónus do ajustamento sobre o emprego. Foi promovida a flexibilidade e moderação salariais, reduzida a parte dos salários no rendimento total, aumentadas as desigualdades. A Alemanha aproveitou bem: os seus superavits comerciais existem à custa dos seus parceiros, e dos seus empregados (menor custo de trabalho e benefícios sociais). Os excedentes comerciais alemães pesam

sobre o crescimento dos outros países. Os défices orçamentais e comerciais de uns são a contrapartidas dos excedentes de outros – na ausência de uma estratégia coordenada. Quando a crise financeira começou nos Estados Unidos, eles tentaram uma verdadeira política de relançamento, iniciando também um movimento de re-regulação financeira. A Europa, pelo contrário, não conseguiu ainda fazer o suficiente. Ao mesmo tempo, a Comissão tem continuado a lançar os procedimentos de défice excessivo contra os Estados-Membros.

Para que o euro possa realmente proteger os cidadãos europeus da crise, trazemos a debate duas medidas:

Medida 18: Assegurar uma efectiva coordenação das políticas macroeconómicas e uma redução concertada dos desequilíbrios comerciais entre os países europeus.

Medida 19: Compensar os desequilíbrios de pagamentos na Europa por um Banco de Compensações (organizando empréstimos entre países europeus).

Medida 20: Se a crise do euro levar à sua fragmentação, e enquanto se aguarda o orçamento da UE, estabelecer um regime monetário intra-europeu (uma moeda comum do tipo "bancor") que organize a absorção dos desequilíbrios das balanças comerciais na Europa.

Falsa Evidência # 10: a crise grega permitiu finalmente avançar para um governo económico europeu e para uma verdadeira solidariedade europeia.

Os especuladores perceberam as falhas na organização da área do euro. Enquanto os governos de outros países desenvolvidos continuam a poder ser apoiados pelos seus bancos centrais, os países da zona euro renunciaram a esta opção e são totalmente dependentes dos mercados para financiar os seus déficits. Como resultado, a especulação teve a sua oportunidade atacando os mais vulneráveis da zona. As autoridades europeias e os governos foram lentos a reagir – mas, mesmo assim, fizeram-no obrigando os países ameaçados a políticas recessivas e empurrando-os para a privatização de serviços públicos. Os partidários das políticas orçamentais automáticas e restritivas na Europa foram reforçados. A ideia de avançar para um governo económico europeu está agora associada aos que querem que sejam as políticas sociais a pagar a crise.

Para avançar para um verdadeiro governo económico e uma solidariedade europeia, pombos a debate duas medidas:

Medida 21: Desenvolvimento de uma fiscalidade europeia (taxa sobre o carbono, imposto sobre os lucros, ...) e um verdadeiro orçamento europeu para apoiar a convergência das economias e trabalhar no sentido da igualdade de acesso aos serviços públicos e sociais nos diversos Estados-Membros, com base nas melhores práticas.

Medida 22: Lançamento de um vasto plano europeu, financiado por subscrição pública, com baixas taxas de juros mas com garantia, e/ou emissão do BCE, para iniciar a reconversão ecológica da economia europeia.